

mina relativamente segura. No entanto, consideramos discutível, em termos de segurança, a aplicação dos qualificativos *suficiente* ou *adequada*, que à primeira vista se é tentado a usar, face ao relativamente baixo número de acidentes importantes, aparentemente provocados por negligência ou facilitação<sup>115</sup>.

O problema do empoeiramento merece, no caso de Argozelo, particular atenção, por continuar a ser, ainda hoje, devido às escombrelas onde estão milhares de toneladas de materiais finos e perigosos para a saúde pública, um problema pertinente.

O alerta para o problema da silicose é lançado nos anos cinquenta, quando começam a ser feitos rastreios sistemáticos, embora M. Lima, A. Silva e M. Marçal (1955) refiram explicitamente “*não terem sido detectados quaisquer casos de silicose em Argozelo*”<sup>116</sup>. No entanto, só na década de setenta foram realizados pelo antigo Serviço de Fomento Mineiro os primeiros estudos de empoeiramento em pontos estratégicos da mina (no interior e na lavaria).

As observações entretanto feitas junto dos desmontes, nas principais vias de circulação de pessoal dentro da mina e nos anexos mineiros, corroboram a impressão com que ficámos durante o estágio que ali fizemos em 1973, acompanhando durante cerca de um mês o primeiro turno de fundo; ou porque era a primeira vez que convivíamos de perto com uma mina, ou porque tal era a dura realidade, conservamos das frentes uma imagem pouco simpática, marcada pela atmosfera espessa do pó e pelo permanente cheiro a carboneto dos gasómetros e a gases dos explosivos detonados na véspera, situação contrastante com as zonas mais afastadas, em que a ventilação nos parecia suficiente<sup>117</sup>.

Não nos espantou pois, verificar que as conclusões dos levantamentos feitos entre 1973 e 1981 pelo S.F.M., apontem claramente para a existência de “*taxas [de empoeiramento] interiores muito elevadas, que levam a recomendar a adopção de equipamentos de perfuração com água, emboquilhamento dos furos e a utilização de ventilação secundária*” (Cardoso 1973), medidas que julgamos não terem sido adoptadas, pois o mesmo técnico refere mais tarde que “*não houve melhorias sensível dos valores registados*” (Cardoso 1975)

<sup>114</sup> Ofício da CMN nº 1556 de 3/12/954. Arquivo da DRNME.

<sup>115</sup> É por exemplo o caso da morte de um operário em 1951 colhido, de acordo com o relatório oficial, quando atravessava a receita do poço, ou o do soterramento em 1954 de duas operárias que desmontavam terras num corte com dois metros de altura, ou o dos ferimentos graves ocorridos com martelinhos que aproveitavam furos onde pontualmente tinham ficado cargas por explodir. O número de acidentes ligeiros, nomeadamente escoriações e fracturas das mãos e dos tornozelos era, porém, na opinião do antigo médico da mina, bastante elevado e devido, sobretudo, a faltas de cuidado e falta de uso de equipamentos de protecção.

<sup>116</sup> Auto de visita nº 11. Arquivo da DRNME.

e em 1977 comentava que “no cômputo das 4 campanhas a situação não piorou, contudo, no total das situações consideradas, é ainda muito alta a percentagem de situações com índices iguais ou superiores a 5<sup>118</sup>” (p. 5).

O problema do excesso de poeiras em suspensão na mina é também referido no relatório elaborado pelos técnicos da antiga Circunscrição Mineira do Norte, em 1977, na sequência de inspecção de rotina à mina, onde acrescentam o agravamento do facto devido à inexistência de meios de ventilação forçada, fazendo notar que “a ventilação natural inverte-se conforme a temperatura exterior, que desta forma arrasta as poeiras da moagem pelo poço principal” (Fonseca & Lemos 1977:6).

Em 1981, no quinto e último levantamento coniométrico feito pelo Fomento Mineiro, o mesmo técnico conclui claramente que, relativamente a 1977, tinha piorado o número de situações com taxas de empoeiramento muito elevadas, o que nos leva a admitir a que as medidas recomendadas tendentes à melhoria das condições de trabalho nunca tenham sido de facto totalmente adoptadas e que os equipamentos de captação e filtragem de poeiras sempre tenham sido insuficientes ou pouco eficazes.

### 3.4.3. Assistência médica

Embora houvesse um posto de primeiros socorros desde 1951, só durante os anos sessenta é que a mina passou a dispor de assistência médica efectiva, embora por médico não residente, o que certamente se ficou a dever ao facto de entretanto ter sido promulgada e importante legislação no âmbito da prevenção da silicose<sup>119</sup> que os industriais foram forçados a cumprir. Foi por conseguinte nesta perspectiva que a mina passou a estar apetrechada com um posto médico que tinha anexo um gabinete de radiodiagnóstico, dado ser aquele o meio de eleição para a despistagem daquela doença e de outro tipo de pneumocomioses<sup>120</sup>.

<sup>117</sup> A ventilação da mina era sobretudo natural, apoiada com ventiladores nas zonas onde a circulação se processava com dificuldade.

<sup>118</sup> Embora o autor não refira a escala usada nas determinações, presumimos que este valor reporte ao índice de nocividade de Landwehr. Este valor é coerente com o facto de se desmontarem nesta mina filões com ganga quartzosa, e assim sendo, a taxa determinada significa um elevadíssimo risco para a saúde.

<sup>119</sup> Neste domínio é de realçar a publicação do Decreto-Lei nº 44308 de 27 de Abril de 1962, surgido na sequência de um estudo realizado em cerca de meia centena de minas portuguesas, que tinha revelado números preocupantes de mineiros que já haviam contraído a doença.

<sup>120</sup> Não foi porém instalado nenhum outro tipo de equipamento ou meios de intervenção médica, continuando os casos mais problemáticos e as urgências a ser enviados para o Hospital de Bragança, recorrendo-se a ambulâncias dos bombeiros de Vimioso ou de Bragança.



O acidente mortal de um mineiro em Março de 1975, colhendo do clima político que o país vivia na altura, provocou da parte dos trabalhadores em geral e do Sindicato dos Mineiros em particular, um violento protesto, denunciando a falta de socorros e a inexistência de médico e/ou enfermeiro permanente. *“Exigimos imediatas providências para que de uma vez para sempre, os trabalhadores de Portugal deixem de ser desprezados por uma burguesia exploradora para quem apenas conta o volume dos lucros”*.<sup>121</sup>

Em conversa com o antigo médico da mina, foi-nos referido que entre as diversas patologias diagnosticadas aos cerca de 200 trabalhadores que a mina tinha à data do seu encerramento, as situações mais complicadas eram, obviamente, as do foro pneumológico, isto tanto entre os mineiros como, particularmente, entre os trabalhadores das lavarias onde, na opinião do médico, as condições de empoeiramento eram piores do que as registadas nos trabalhos subterrâneos, agravadas ainda pela constante emissão de gases tóxicos provenientes da ustulação e da metalurgia.

Segundo o antigo médico da mina, eram também muito frequentes entre o pessoal de fundo, as patologias do foro reumatológico<sup>122</sup> e as patologias oftalmológicas, bem como as lesões ósseas nos braços e mãos devidos à inexistência de equipamentos de protecção, ou, por vezes à recusa do seu uso<sup>123</sup>.

Devemos referir que nos últimos anos a Direcção Técnica da mina terá imposto aos trabalhadores um maior rigor e disciplina no cumprimento de normas de segurança e uso de equipamentos de protecção, recorrendo a mecanismos de penalização dos infractores, que vieram a mostrar-se eficazes<sup>124</sup>.

<sup>121</sup> Carta do Sindicato Livre dos Mineiros e demais Similares da Indústria Extractiva do Norte datada de 17/3/1975 Administração das Minas de Argozelo. Arquivo da DRNME.

<sup>122</sup> Pelo que nos foi dado conhecer do ambiente de trabalho da mina, opinião aliás corroborada pelo médico, a origem das doenças reumáticas daquela comunidade mineira, como aliás acontece nas restantes minas, tem a ver com o facto dos trabalhadores permanecerem num ambiente de grande humidade, em contacto permanente com a água durante várias horas do dia e constantemente expostos às correntes de ar frio nos poços e galerias, condições que, aos nossos olhos se agravavam com o deficiente esgoto das águas de circulação e da água de alguns dos martelos usados no desmonte, essencial ao desempoeiramento dos desmontes e avanços da exploração.

<sup>123</sup> Quando da nossa estada na mina em 1973, impressionou-nos a ausência e/ou pouco uso de equipamentos individuais de segurança e prevenção nomeadamente luvas e máscaras (os safreiros e os martelheiros trabalhavam de mãos desprotegidas), limitando-se os mineiros ao uso regular do capacete.

<sup>124</sup> Informação oral do Eng<sup>o</sup> A. Santos.

## 4. A Vila de Argozelo e a envolvente sócio-turística

### 4.1. Caracterização sumária

#### 4.1.1. Acessibilidades, população e economia

Recentemente elevada à categoria de Vila<sup>125</sup>, Argozelo é a maior freguesia do Concelho de Vimioso, a que pertence desde 1839<sup>126</sup> e uma das maiores do distrito de Bragança. Beneficia actualmente de bons acessos por estrada nomeadamente de Bragança, de que dista 25 km, (IP4e EN 218) e de Vimioso, de que dista 19 km, sendo, porém, de menor qualidade o acesso por Macedo de Cavaleiros - Izeda, um dos principais itinerários para quem se ali se desloca vindo de Vila Real.



**Fig. 4.1.** Localização de Argozelo e principais vias de acesso. Rep de folheto de divulgação da Região de Turismo de Trás-os-Montes

<sup>125</sup> Projecto de Lei nº 109/VIII, aprovado em 24 de Fevereiro de 2000.

<sup>126</sup> Argozelo pertenceu ao concelho de Miranda do Douro desde 1317, passando mais tarde para o extinto concelho do Outeiro e em 1839 para o de Vimioso.



A sua população é actualmente mais baixa do que no início do século XX, contando com um pouco mais de 900 habitantes, na maioria de idade avançada, embora as autoridades locais nos falem de uma ténue tendência para a recuperação de alguma população mais jovem.



**Fig. 4.2.** Variação da população residente na freguesia de Argozelo (S. Frutuoso) entre 1864 e 2001. Fonte: Estatísticas da população INE.

O gráfico da figura 4.2, relativo à evolução da população de Argozelo, permite constatar a existência de uma interacção desta com a mina, ao longo do tempo.

Uma primeira relação que se pode estabelecer, respeita ao período entre 1900 e 1911, em que a mina terá passado por um período significativo de actividade, o qual terá provavelmente atraído trabalhadores, o que justifica o acréscimo de população patente no gráfico. A quebra de actividade durante os anos vinte, referida em capítulo anterior, está também marcada no gráfico, pelo abandono da aldeia.

Mais evidente, porém, é a subida dos números a partir dos anos quarenta quando a produção, bem como a actividade de “pilha”, são relançadas pelo efeito da 2ª Grande Guerra. Os anos que se seguiram até meados da década de setenta (que como mais atrás referimos, foram anos de intenso florescimento do mercado internacional do volfrâmio), levaram a uma profunda alteração da antiga população rural, relativamente estabilizada, fazendo elevar o número de residentes acima dos 2000.

O declínio do mercado dos minérios e a falta de alternativas podem também inferir-se do decréscimo populacional patente no gráfico, com uma intensa redução nos anos oitenta correspondendo ao fecho da mina<sup>127</sup>.

Do ponto de vista da actividade económica, pode dizer-se que as bases da economia local assentam tradicionalmente no comércio e na agricultura, que beneficia dum bom enquadramento entre as bacias dos rios Sabor e Maças, favorável à vinha, batata, olival e cereais pobres. Além de um lagar de azeite e da construção civil, não há quaisquer outras indústrias que mereça referência particular, apenas existindo algumas pequenas empresas de dimensão familiar, relacionadas com a prestação de serviços às actividades mencionadas.

O fabrico da seda e os curtumes, desenvolvidos pelas populações judias que se fixaram na região em meados do século XV fugidas às perseguições (Raposo 1994:175) e que chegaram a ter significativa expressão, foram desaparecendo com o tempo e delas pouco mais resta do que uma memória já esfumada.

No que respeita a artesanato, enquanto testemunho das dissemelhanças culturais ou identidades locais, apenas merece referência um mestre latoeiro, talvez o único que ainda trabalha o cobre em toda a região transmontana, que fabrica os mais diversos utensílios, nomeadamente gasómetros em tudo idênticos aos que ainda há bem poucos anos iluminavam o dia-a-dia no fundo das minas de Argozelo.

Pelo que conhecemos da oficina e do seu mestre, encaramos com algum optimismo a possibilidade de vir a ser incentivada a produção artesanal de pequenos modelos de gasómetros, capacetes, martelos e de réplicas em metal do cavalete da mina, à semelhança, por exemplo do rico e variado “*merchandising*” das minas de Rio Tinto, de forma a que os visitantes possam levar a sua “recordação da mina”.

Pena é que a tradicional indústria local de curtumes tenha desaparecido pois em conjunto com o museu mineiro, poderiam tomar-se iniciativas de reabilitação, com transparente interesse mútuo e um largo interesse do ponto de vista económico-social<sup>128</sup>.

<sup>127</sup> O encerramento da mina foi também sentido de forma muito marcada na população da única escola do ensino básico existente, significativamente reduzida de cerca de 200 alunos - ao tempo do funcionamento da mina - para cerca de 30, número que se tem mantido desde então, mais ou menos estável. Informação pessoal do actual responsável pela escola.

<sup>128</sup> Julgamos que esta deverá, também, ser uma via a explorar, no âmbito do lançamento do futuro “Museu dos Curtumes”.



Sendo tradicionalmente uma zona sem grandes recursos, o encerramento das minas constituiu um rude golpe no tecido económico e social de Argozelo, que levou ao nítido empobrecimento da Vila e à fuga de parte significativa da população activa para outros lugares em busca de trabalho, nomeadamente para França, fenómenos que explicam por um lado a falta de iniciativas económicas locais e por outro, o relativo envelhecimento da população actual.

#### **4.1.2. Equipamentos colectivos e infraestruturas de apoio ao turismo**

Em termos de equipamentos colectivos, Argozelo é ainda uma povoação carente, embora alguns equipamentos essenciais façam, porém, parte das perspectivas ou promessas eleitorais para as próximas autárquicas de Dezembro de 2001. Além de uma meia dúzia de cafés (alguns resultantes da reconversão de antigas tabernas) e de algumas mercearias e talhos, Argozelo possui um posto da GNR e um posto de saúde<sup>129</sup>, onde, porém, ainda não há cuidados médicos permanentes<sup>130</sup>, uma farmácia, um posto de correios, uma agência bancária, dois postos de abastecimento de combustíveis (relativamente recentes) e as escolas primária e infantil oficiais.

Também não existe qualquer tipo de estruturas de promoção e/ou apoio à produção artesanal nem de produtos regionais, que se sabe constituírem actualmente um vector fundamental na captação de turistas e de mais-valias financeiras.

O parque urbano conta actualmente com pouco mais de 900 habitações recenseadas. Com excepção dos fogos mais recentes construídos com o dinheiro da emigração, o tecido urbano de planta irregular é essencialmente constituído por habitações tradicionais de piso sobreelevado, com cantarias em granito ou xisto e encontra-se, de um modo geral, degradado.

Além de dois grandes largos alcatroados, não existem, por enquanto, espaços públicos de lazer nem qualquer embelezamento da Vila.

<sup>129</sup> Por sinal ambos construídos a expensas da proprietária das Minas.

<sup>130</sup> Argozelo, de momento, não possui nenhum médico residente e os socorros móveis, quando necessários, têm de vir de Vimioso, pois não existe corpo de bombeiros nem qualquer apoio móvel do INEM.

**Quadro 4.1.** Serviços e equipamentos em Argozelo

Serviços		Número de unidades
Restauração e hotelaria	Cafés	8
	Supermercados / Talhos	8
	Restaurantes	0
	Pensões / residenciais	0
	Aluguer de quartos (particular)	1
	Turismo rural	0
Outros equipamentos e/ou serviços	Venda de artesanato	1
	Posto de turismo / informações	0
	CTT	1
	GNR	1
	Assistência médica permanente	0
	Posto de saúde	1
	Biblioteca / mediateca	0
	Farmácia	1
	Bombeiros/ambulância	0
	Praças de táxis	2
	Associações de carácter cultural e/ou desportivo	3

Fontes: Serviço de licenciamento da Câmara Municipal de Vimioso e Junta de Freguesia de Argozelo

Perante este quadro, pode dizer-se sem qualquer margem de dúvida, que Argozelo não dispõe (ainda) de infraestruturas de apoio ao turismo. No que respeita à restauração, a Vila dispõe apenas de cafés, de um modo geral de baixa qualidade, que nalguns casos servem também refeições já que não há qualquer estabelecimento licenciado como restaurante<sup>131</sup>. Quanto a hotelaria, seja a convencional seja em turismo rural, quem queira pernoitar na área tem de recorrer a Santulhão (5 km), à sede do Concelho, ou a Bragança (v. mapa de localização no anexo 9).

Os praticantes de campismo também não dispõem de parques nas imediações, localizando-se os mais acessíveis em Mirandela e Bragança.

<sup>131</sup> Informação retirada do cadastro de estabelecimentos licenciados pela Câmara Municipal.



### 4.1.3. Equipamentos recreativos e culturais

Além do campo de futebol em terra batida, construído na base da escombreira principal pela Minargol, não existe nenhum outro espaço destinado à prática de desportos ou de outro tipo de manifestações culturais, facto que não tem, no entanto, sido óbice à criação e funcionamento de algumas associações recreativas.

Destacam-se especialmente o “*Centro Cultural e Paroquial de Argozelo*”<sup>132</sup>, de cujas actividades destacamos a preparação do lançamento, em colaboração com a UTAD e com a Junta de Freguesia, de um projecto de constituição do Museu das Peles e dos Curtumes<sup>133</sup>, o “*Centro Cultural e Desportivo das Minas de Argozelo*”, o clube de futebol local, a Casa do Povo e a associação “*Ulgoselo – Cultura e Património de Argozelo*” (em curso de constituição), virada para as questões da preservação e divulgação do património concelhio.

Julgamos que está no horizonte das autoridades locais, quer a gradual requalificação urbana da Vila, quer a beneficiação sensível das estruturas de carácter social, essenciais à melhoria das condições de vida da população local e que se reflectirão obviamente na forma de acolhimento dos futuros visitantes e/ou turistas. Acreditamos que estas acções possam ter um efeito retroactivo, na medida em que o fluxo de visitantes atraídos pelo museu potenciará, sem dúvida esta transformação.

## 4.2. Envolvência turístico-cultural

### 4.2.1. Rotas e destinos turísticos

Entre outras razões, não restam dúvidas de que de há algum tempo para cá, com a construção dos novos eixos viários, nomeadamente a autoestrada Porto-Vila Real, facilitando a travessia da serra do Marão e o IP 2 até Bragança, foi quebrado o tradicional isolamento de Trás-os-Montes, permitindo valorizar o facto desta ser ainda uma das menos poluídas regiões do país e possuir um enorme potencial turístico, que advém sobretudo da riqueza do seu património natural e cultural.

<sup>132</sup> Responsável pela revista ILGVSELO, de que, até à data, apenas foi lançado um número.

<sup>133</sup> in “Jornal do Nordeste, Ano VI 273, supl. p. 2, 22/Maio/2001.

Assim, o museu mineiro de Argozelo, não poderá entender-se como uma entidade que se baste a si própria na captação de público(s), mas deve sim, procurar integrar-se nos percursos turísticos já existentes, para assim poder beneficiar da atracção exercida por outros pólos regionais. Julgamos fundamental ter em atenção a actual existência dos seguintes três grandes percursos e destinos da Região de Turismo do Nordeste Transmontano<sup>134</sup> com os quais deverá ser articulado o convite à visita de Argozelo, apoiado numa eficaz campanha de *marketing*:

- O *Parque Natural de Montesinho*, com particular destaque para as aldeias comunitárias;
- A rota “*Das Terras Frias às Terras Quentes*”;
- O percurso “*À descoberta das Terras de Miranda*”, que se inicia em Bragança terminando em Algoso, e que tem passagem por Argozelo prolongando-se naturalmente pelo recém criado Parque Natural do Douro Internacional

Permitimo-nos destacar a posição privilegiada de Argozelo, como ponto de passagem entre os dois parques naturais, cada vez mais procurados pelos amantes dos percursos- natureza e dos desportos radicais (para-pente, *rafting*, etc...), eles próprios também consumidores de outro tipo de ofertas de carácter cultural, nomeadamente espectáculos, festas populares exposições e museus relacionados com a cultura e os valores locais.

#### 4.2.2. Vectores de integração e valorização

Tendo em consideração que um dos principais objectivos dos operadores turísticos é a permanência dos visitantes no local durante o maior período de tempo possível, o plano de *marketing* do futuro museu mineiro deverá, também, ter em conta outros motivos de interesse existentes, quer em Argozelo, quer na área envolvente, que permitam potenciar a visita.

Nessa óptica, impõe-se a elaboração de um roteiro detalhado dos pontos de interesse da própria Vila, nomeadamente a Igreja matriz<sup>135</sup>, a judiaria e o termo da vila, entre outros exemplos, num percurso integrado entre a mina e a vizinha povoação.

O perímetro de Argozelo oferece ainda outros motivos de interesse nomeadamente no domínio da caça e da pesca, e no domínio do património edificado e cultural, destacando-se,

<sup>134</sup> In: Bragança e Nordeste Transmontano. Roteiro de Ruas e Planta, Monumentos, Museus, Hotéis, Campismo. ForWays. Guia Turístico do Norte. 2001

<sup>135</sup> A primitiva matriz já não existe, tendo a construção da actual igreja sido iniciada em 1729



pela sua importância o santuário de S. Bartolomeu<sup>136</sup>, a ponte mineira sobre o Sabor<sup>137</sup> e as diversas pontes romanas e medievais bem conservadas de um ou vários arcos, sobre os rios Sabor, Angueira e Maçãs, cuja visita de conjunto tem vindo a constituir programa de sucesso<sup>138</sup> e que não poderão ser descurados na formulação do *marketing* do museu de Argozelo.

O Santuário, é sede de grande festa e romaria local, em 24 de Agosto de cada ano, festa que veio de certa forma substituir a celebração e festividades em honra de Stª Bárbara<sup>139</sup>, caídas em desuso com o declínio e encerramento da mina.

Do ponto de vista do património histórico-arqueológico, a região tem também muito para oferecer, embora, alguns dos mais primitivos testemunhos da presença do Homem naquelas paragens, nomeadamente os três castros fortificados, da Terronha, do cabeço de S. Bartolomeu e do Cerro Grande (Alves & Adrião 1968:103)<sup>140</sup> não estejam minimamente valorizados e passem quase despercebidos ao visitante menos avisado.

Conhecem-se ainda, a NW do santuário de S. Bartolomeu, no local de Freixagosa, restos de um outro povoado fortificado com duas linhas de muralhas, provavelmente romanizado e em parte destruído (Marcos 1998:83).

Outro interessante pólo de atracção com o qual nos parece dever o futuro museu mineiro de Argozelo estabelecer uma íntima ligação é o das pedreiras e grutas de mármore e alabastro de Stº Adrião, no lugar de Maceirinha, exploradas pelo menos desde os tempos romanos. Ricas de formações estalactíticas, as grutas encontram-se hoje abandonadas e muito degradadas, devendo sublinhar-se a total inexistência de qualquer tipo de estrutura de apoio à sua visita e à das pedreiras, facto a merecer um pouco mais de atenção, dada a sua importância e tendo em conta o facto de estarem indicadas em vários mapas e roteiros turísticos regionais<sup>141</sup>.

<sup>136</sup> Situado no alto da margem esquerda do rio Sabor, o santuário, habitual lugar de culto, é um local de grande beleza paisagística onde todos os anos se realiza, em Agosto, uma grande romaria que atrai à vila milhares de visitantes.

<sup>137</sup> Actualmente em muito mau estado de conservação, assegurava outrora a passagem dos mineiros que se deslocavam diariamente da margem esquerda para as minas da Ribeira na margem direita do Sabor.

<sup>138</sup> V. folhetos "Rotas do Concelho – Vimioso. Uma ideia para o futuro" e "Pontes, Vimioso" editados pela Câmara Municipal de Vimioso, Casa da Cultura, 2000.

<sup>139</sup> Stª Bárbara, como é sabido, é a padroeira dos mineiros, celebrando-se a sua festa em 4 de Dezembro.

<sup>140</sup> Destes, o mais bem conservado parece ser o Castro da Terronha, situado, entre os termos de Carção e Argozelo (Marques 1998:82), com um torreão e muitos muros de pedras soltas.

<sup>141</sup> Vejam-se, a título de exemplo, o mapa de estradas editado pelo ACP e o roteiro da própria Região de Turismo "Nordeste transmontano, a região que se distingue".

Nery Delgado (1888)<sup>142</sup> dedicou a estas ocorrências importante artigo, tendo recolhido e estudado, também, diversos artefactos neolíticos e calcolíticos recolhidos em grutas situadas nos cabeços envolventes, bem como um interessante espólio de que se destacam utensílios romanos ligados à exploração mineira<sup>143</sup>.

Evidências de que a ocupação deste território remonta provavelmente ao período Neolítico, são também apontadas pelos achados referidos pelo Padre José M. Lopes (1931)<sup>144</sup>.

#### **4.2.3. A ligação com outras entidades museológicas**

Numa época em que a noção de proximidade e de “trabalho em rede” começa a ser entendida não numa perspectiva de competição institucional (que sempre existe...) mas de potenciação de valores e oportunidades, será necessário não descurar a existência na região transmontana de outros museus e Casas de Cultura, deverão ser estabelecidos laços relacionais de maior ou menor proximidade, segundo as actividades específicas de cada um deles e talvez até, porque não, uma espécie de “passe” ou de “bilhete de visita conjunta”, numa perspectiva de complementaridade de perspectivas culturais sobre a Região Turística.

Foi pois, nesta óptica, que nos permitimos listar no anexo 10 os mais importantes museus e núcleos museológicos regionais, embora em nossa opinião, não deva deixar de se estabelecer relações privilegiadas com os museus mais afins, nomeadamente nas áreas da Arqueologia, património industrial e Etnografia.

---

<sup>142</sup> V. Nery Delgado (1888-1892). Reconhecimento científico dos jazigos de mármore e alabastro de Santo Adrião e das grutas compreendidas nos mesmos jazigos. *Com. Com. Serv. Geol. Port. Tomo II*, pp. 45-56.

<sup>143</sup> O espólio das pedreiras e grutas do Vimioso, como é geralmente referido este arqueossítio, está integrado nas colecções do Museu do Instituto Geológico e Mineiro, em Lisboa.

<sup>144</sup> Machados de pedra polida e objectos de cobre e bronze, possivelmente depositados no Museu Regional do Abade de Baçal, em Bragança



## 5. Museu das Minas de Argozelo: a fundamentação possível

### 5.1. As razões da proposta

Quando se começa a falar na possibilidade de criação ou transformação das antigas minas de Argozelo em museu, tal não pode ser apenas uma vontade do grupo promotor, mas tem de ser o resultado de um trabalho de reflexão amadurecida sobre a **oportunidade** do projecto e sobre a sua **exequibilidade e sustentabilidade**, conhecidas que são as dificuldades que a generalidade dos projectos culturais têm de enfrentar.

Após várias visitas a Argozelo durante as quais tivemos oportunidade de conversar longamente com os promotores da ideia e com diversos elementos da população local de que os antigos mineiros são ainda parcela importante e afinal os “novos actores” do processo, estamos convencidos, não apenas da legitimidade da ideia de criação de um museu mineiro como também da sua oportunidade, certos de que este pode vir a actuar como vector de um processo local de requalificação social, económica e ambiental de que a Vila carece e que, aos nossos olhos, deverá ser imparável.

Para Ambrose & Paine (1993), a criação de novos museus deve ser muito ponderada. Dizem estes autores que “não tem qualquer valor criar novos museus se eles não forem viáveis a longo prazo, se as colecções que alojam tiverem um significado limitado ou se apenas um número limitado de pessoas o visita ou usa os seus serviços” (p. 205). Assim, o processo de criação deve passar primeiro por um apertado estudo de viabilidade considerando, entre outros, os seguintes elementos:

1. *O mercado com o qual vai operar; Necessidade de olhar para o tamanho e natureza do mercado potencial, as suas características demográficas, as distâncias; o apelo do museu em termos de temas, colecções facilidades e serviços; a qualidade dos serviços oferecidos aos visitantes; e a competição com outros museus;*
2. *O número e tipo de visitantes que o museu pode esperar atrair ao longo dos anos e as suas expectativas;*
3. *O conceito do museu e os temas que abarca;*
4. *A pesquisa necessária para suportar os temas e a disponibilidade de colecções para o ilustrar;*

5. *As formas de apresentação e interpretação necessárias;*
6. *Os serviços a disponibilizar;*
7. *Os edifícios para alojar os diferentes serviços e funções, bem como as adaptações necessárias às suas novas funções;*
8. *Os custos de capital e exploração;*
9. *Os benefícios sociais e económicos que o museu poderá trazer à população;*
10. *As relações que se podem estabelecer-se com outros museus;*
11. *A composição do staff, a gestão e o estatuto legal;*
12. *Os financiamentos;*
13. *Os proventos e os gastos com as diversas actividades (p. 206).*

No seu conjunto, o estudo e resposta a cada um destes tópicos, irá constituir o estudo de viabilidade, fornecendo simultaneamente a necessária base ao estabelecimento da proposta de programa, como mais adiante será referido.

O trabalho e as custas em capitais humano e financeiro envolvidos na criação de um museu não podem ser decididos de ânimo leve; neste aspecto, concordamos plenamente com F. J. Moreira (2001), quando diz que “*um projecto museológico de base local, pela responsabilidade que acarreta, deverá ser alvo de uma conscienciosa avaliação inicial e, posteriormente, apresentado e desenvolvido de forma a não suscitar falsas esperanças.*” (p. 20).

Torna-se assim absolutamente necessário determinar claramente as razões e finalidades pelas quais se pretende criar o museu, avaliar a oportunidade da sua criação, os suportes a curto médio e longo prazo e o seu âmbito de actuação.

Como refere Mário Chagas (2000), “*os critérios determinantes do processo de musealização, ancorados nas areias movediças dos valores, não são tão objectivos quanto se imagina*” (p. 13); porém, , nem do ponto de vista dos promotores, nem do nosso próprio, faltam justificações para a criação de um museu mineiro em Argozelo. Assim, a fim de que possamos operacionalizá-las para posterior discussão, reduzi-las-emos às seguintes quatro grandes categorias<sup>145</sup>:

<sup>145</sup> NOTA: A ordem pela qual as indicamos não reflecte qualquer tipo de prioridade.



- Razões de ordem patrimonial;
- Razões de ordem económica e social;
- Razões de ordem cultural e de desenvolvimento;
- Razões de ordem conjuntural e política;
- Razões de ordem ambiental.

### 5.1.1. Razões de ordem patrimonial

À primeira vista, a dimensão patrimonial de Argozelo é porventura a vertente que mais tem polarizado a atenção das populações e das autoridades locais e que, só por si, parece motivo suficiente para justificar a musealização das minas.

Após cerca de 100 anos de trabalhos mineiros, Argozelo conserva ainda inúmeros testemunhos de um passado recente, materializado no património móvel e imóvel directamente ligado à actividade de extracção e beneficiação dos minérios de estanho e volfrâmio e a um modo de vida da comunidade local, memória que se vai esbatendo com o desaparecimento ou afastamento das gerações mais velhas.

Deve no entanto referir-se, e ponderar-se seriamente, o facto de parte substancial do património material da mina estar muito degradado, além de terem desaparecido praticamente todos os equipamentos de menores dimensões bem como o arquivo da mina<sup>146</sup>.

Restam em Argozelo, e sem dúvida que constituem ainda uma razão de peso, o cavalete do poço principal e todos os seus acessórios, alguns dos meios de transporte que asseguravam a ligação do fundo com o poço mestre e deste com as lavarias e as escombreyras, bem como os principais anexos mineiros com parte dos seus equipamentos pesados, salvos *in extremis* dos sucateiros, graças a uma intervenção decisiva e conjunta das autarquias locais (Junta de Freguesia de Argozelo e Câmara Municipal do Vimioso)<sup>147</sup>.

<sup>146</sup> O desaparecimento do arquivo penaliza sobretudo os investigadores de história local, social e económica, já que algumas das traves mestras mais recentes do arquivo técnico, nomeadamente plantas e relatórios, poderão de certa forma vir a ser substituídas por cópias dos documentos existentes nos arquivos dos organismos de tutela, ou nas mãos de particulares, repondo-se assim alguma da documentação fundamental.

<sup>147</sup> O Liquidatário oficial tinha já vendido a um sucateiro de Estarreja a totalidade dos equipamentos, que este começara a desmontar e transportar, quando surgiu a ideia do museu e a Junta e a população se opuseram à saída de mais materiais.



**Fig. 5.1.** Vista geral abrangendo o cavalete e, à direita, os edifícios da lavaria. Em primeiro plano vêem-se restos da linha férrea e restos das vagonetas.



**Fig. 5.2.** O cavalete e ao fundo, à esquerda, os edifícios das antigas oficinas gerais.

Sabemos, pelos nossos informantes, que na posse de muitos dos antigos mineiros se encontram ainda algumas ferramentas, gasómetros, capacetes e outros utensílios do quotidiano, de que os respectivos proprietários têm vindo a cuidar como marcas de um importante segmento da sua história pessoal e familiar. Sob condições a definir ou por doação, muitos desses materiais poderão vir a enriquecer o património do museu mineiro.

Embora o complexo mineiro esteja relativamente confinado, em termos de implantação, destacam-se na paisagem elementos muito marcantes, nomeadamente as escombreyras (estas



revelando um efeito perverso da exploração), os anexos mineiros, o cavalete e o bairro operário. Assim temos no conjunto e no coração duma região tradicionalmente rural, uma “ilha” industrial, que importa preservar.

O património imaterial, menos perceptível, constitui ainda um rico capital a recolher e investigar, de forma tão urgente quanto possível na medida em que ele está intimamente ligado a uma dada geração, que vai lenta, mas inexoravelmente envelhecendo e desaparecendo.

O museu mineiro poderá assim constituir a plataforma necessária à preservação e conservação deste importante património (*s.l.*), mas entendemos que tal só fará sentido, como diz F. J. Moreira (2001), se tal acção for seguida da sua valorização “*cumprindo as fases consequentes e subsequentes à valorização, i.e., a integração, a identificação a afirmação*” (p. 21).

### 5.1.2. Razões de ordem económica e social

Independente do horizonte geográfico, em todas as regiões onde a actividade extractiva foi encerrada são sentidas com maior ou menor intensidade as marcas das alterações impostas à teia de relações económicas e sociais das comunidades.

Embora Argozelo nunca tenha assumido o estatuto de grande mina, o facto é que esta freguesia sem outras indústrias significativas, desde cedo se habituou a ter na mina uma das suas principais fontes de rendimento, pese embora a existência dum sector agrícola tradicional com alguma expressão. A falência da concessionária das minas nos anos oitenta foi, por isso, um duro golpe para a economia local, com o brutal desaparecimento de quase duas centenas de postos de trabalho directos, principal sustento de praticamente outras tantas famílias, situação agravada pelo baixo nível de qualificação profissional da grande maioria dos trabalhadores, alguns deles já numa faixa etária de difícil recolocação no mercado de trabalho.

Se bem que a grande maioria dos antigos trabalhadores da mina de Vale de Milho tenha encontrado soluções recorrendo à construção civil - actividade que tem vindo a crescer desde os anos sessenta -, estabelecendo pequenos negócios de cariz familiar, emigrando ou voltando à agricultura, restou em Argozelo um grupo de antigos mineiros que ainda não têm qualquer

ocupação<sup>148</sup>, situação pontualmente agravada com problemáticas situações de saúde devido ao prolongado e difícil trabalho no fundo da mina e nas lavarias.

Embora elevada à categoria de Vila, Argozelo não deixa de ser uma povoação interior com uma população relativamente envelhecida que vive do escasso comércio e do dinheiro da emigração. Faltam-lhe equipamentos sociais e culturais dinamizadores da vida colectiva bem como incentivos ao investimento e à fixação da população activa que acaba por ser atraída pelos grandes centros da Região, nomeadamente Bragança, Macedo de Cavaleiros e Mirandela. Das conversas mantidas, julgamos ter-nos apercebido, também, da falta de estímulos e convites à formação profissional, atractivos das gerações mais novas e, eventualmente, das gerações de emigrados saudosos da sua terra.

Assim, com a economia e a iniciativa entorpecidas desde o fecho das minas, sem quaisquer estruturas viradas ao turismo e sem grande perspectiva de geração de novos empregos, afigura-se-nos que a criação do museu possa constituir-se em vector de revitalização do tecido económico, quer por via da criação directa de alguns postos de trabalho no museu e na recuperação da respectiva área e equipamentos, quer por via indirecta na redinamização do comércio e outras actividades locais.

### 5.1.3. Razões de ordem cultural e de desenvolvimento

É nossa convicção de que o balanço custos/benefícios da preservação dos testemunhos do passado, deve pender a favor dos últimos. Tal deverá acontecer se se potenciar a sua acção educativa, de forma a que esta leve a uma melhor compreensão da técnica, da tecnologia, da organização do trabalho, da sociedade e da própria identidade local, o que tem como consequência, como refere M. Barretto (2000) “*uma melhor qualidade de vida para os diferentes sectores da sociedade, baseada na tolerância e na mudança*” (p. 3)

Não somos por isso partidários de um *museu contemplação* ou museu conservatório, mas dum **museu acção**, capaz de promover e potenciar sinergias com a comunidade local, estimulando a sua participação e capacitando-se como **instrumento de desenvolvimento**.

Do ponto de vista das responsáveis políticas, como o sublinha Ana Ferreira (1999), a apreciação do grau de desenvolvimento é de certa forma medida pelo conceito operacional de *satisfação das necessidades básicas das populações* (p. 84). Pode assim dizer-se, na

<sup>148</sup> Este grupo insere-se numa faixa etária na casa dos 50 anos.



perspectiva da autora, que de uma forma geral, no caso português, se tem vindo a privilegiar modelos de desenvolvimento eminentemente *funcionalistas*, em que o sector económico é dominante, elegendo-se como prioritária a – legítima e necessária – construção de infra-estruturas de uso colectivo e relegando-se para 2º plano, a potenciação de valores locais e/ou regionais como as tradições, os saberes e os testemunhos materiais, no sentido do seu aproveitamento como fontes de enriquecimento cultural e afirmação de identidades<sup>149</sup>.

O conceito que defendemos, não entende desenvolvimento como marca anónima de progresso económico, mas como um processo de mudança da qualidade de vida dos cidadãos e de construção/consolidação dos seus direitos de cidadania, fundado na exploração sustentável dos seus recursos, ideia muito aproximada do conceito de desenvolvimento local formulado por Hughes de Varine (2001)<sup>150</sup>.

Assim, num meio como Argozelo, em que são praticamente inexistentes os veículos de promoção da cultura e valores locais, da identificação e da integração do local e dos seus habitantes, mas **onde há uma história para contar**, entendemos justificar-se a criação de um museu **aberto** e fortemente **entrosado na comunidade**, aproveitando inteligentemente os seus saberes e **capaz de ajudar a promover**, como diz F. J. Moreira (2001), no domínio interno e no domínio externo<sup>151</sup> “*o bem estar material e imaterial da população*” (p. 24).

#### 5.1.4. Razões de ordem conjuntural e política

O facto de muitas das minas portuguesas terem sido exploradas durante longas décadas, por processos artesanais, nunca lhes conferiu um grande estatuto quer do ponto de vista económico quer social, embora muitas delas, à semelhança do caso em estudo, tenham sido elementos estruturantes do desenvolvimento local. Embora as minas de Argozelo não tenham tido uma grande dimensão, a sua produção ocupou durante muito tempo, lugar de destaque no contexto das minas nacionais de volfrâmio e estanho, o que conferiu a este lugar a categoria *sítio mineiro* relevante.

<sup>149</sup> Felizmente, que nos últimos anos se tem feito algumas inversões neste tipo de políticas, assumindo-se a dimensão cultural como estratégia de crescimento enquanto, paralelamente, se assinalam também modificações nos hábitos de consumo de produtos culturais, gradualmente mais e mais procurados nomeadamente através dos itinerários de “turismo cultural”.

<sup>150</sup> Para o autor referido, o desenvolvimento local consiste “*na exploração, num dado território, por e para a comunidade dos habitantes desse território, dos recursos do território bem como de elementos e contribuições externas atraídas para o território*” (*op. cit.* p. 36).

<sup>151</sup> Entende o autor por domínio interno e externo as acções do Museu que visam directa ou indirectamente, respectivamente, a promoção do bem estar material e imaterial da população da sua área de influência.

O crescente interesse pelo património mineiro como fonte de promoção do turismo e alternativa económica encontrou eco nos responsáveis políticos de Argozelo, pelo menos desde que a questão foi levantada em 1998, quando da preparação de uma nota sobre a mina, por parte de uma equipa de um grupo de docentes da FEUP<sup>152</sup>.

Efectivamente, foi no seguimento da motivação desencadeada por aqueles contactos que veio a configurar-se a ideia de criação de um museu e foi no desenvolvimento desse processo que as autarquias decidiram intervir, travando, com a indemnização dos sucateiros, o desmantelamento definitivo e irreversível dos equipamentos ainda existentes em Vale do Milho<sup>153</sup>.

Foi pois, neste contexto, que se formou um grupo esclarecido e interessado, promotor da iniciativa, que informalmente se constituiu em Comissão Instaladora do Museu e que conta com elementos da Câmara Municipal, Junta de Freguesia e elementos da população que para tal se disponibilizaram.

#### 5.1.5. Razões de ordem ambiental

Para Barbosa *et al.* (1992:61), a recuperação de antigas minas, com a criação de museus, “prática cada vez mais usual em diversos países”, além de constituir uma via para a conservação de um importante património constitui, igualmente, uma estratégia para minorar os impactes ambientais resultantes da actividade mineira.

Ora, tal como dezenas de outras minas portuguesas, também Argozelo não foi excepção no que respeita ao surgimento de diversos tipos de problemas de ordem ambiental, os quais referimos generalizadamente no capítulo II -2.

Embora não tenhamos dúvida em reconhecer a importância desta problemática, julgamos no entanto que esta não constitua um sustentáculo primário da criação do Museu, embora este possa – e deva - vir a polarizar a atenção dos seus visitantes/utentes para as problemáticas ambientais da indústria extractiva e para os seus reflexos globais e locais<sup>154</sup>. O lançamento do Museu, poderá também, em nossa opinião, vir a acelerar a tomada de decisão sobre as necessárias medidas de minimização dos impactes e de recuperação das áreas degradadas,

<sup>152</sup> V. Guedes *et al.* 1998, pag. 31-32.

<sup>153</sup> Esta decisão veio a ser politicamente apoiada pelo Governo Civil de Bragança e pelos parlamentares do respectivo Círculo.



contempladas, a prazo, no âmbito do “Programa de Recuperação de Minas Abandonadas” actualmente em curso<sup>155</sup>.

#### 5.1.6. Concluindo:

Tendo em consideração as problemáticas que emanam da argumentação anterior, nomeadamente da recuperação/preservação do património existente, da requalificação económico-social da Vila e da remediação ambiental, julgamos justificar-se o processo de musealização, convictos de que, **existe um objecto musealizável**, constituído pelo conjunto de infra-estruturas de superfície e subterrâneas da mina, pelo bairro operário, pelas escombreyras e por uma história de cerca de 100 anos de trabalho repartidos por várias gerações de trabalhadores atraídos pela mina, fixados na povoação fazendo-a crescer e sobre ela chamando a atenção.

Perdê-lo, é apagar da memória colectiva parte da identidade do lugar e a história dos que o fizeram, mas preservá-lo e valorizá-lo tendo em vista, antes de mais a população que com ele convive diariamente, é restituir-lhe um pouco da vida e da dignidade vividas num passado, afinal ainda bem recente. Assim, é nossa convicção que a escolha da via museológica como estratégia de superação é um caminho correcto, na medida em que poderá constituir-se em veículo de promoção de desenvolvimento pessoal e local nas suas mais amplas vertentes<sup>156</sup>.

A sustentabilidade do Projecto, porém, é um dos tópicos a que mais atenção deverá ser dada, sabendo-se que se expressar não apenas em termos financeiros (quem garante o cumprimento dos encargos do dia-a-dia?)<sup>157</sup> como também em termos da consistência do projecto de trabalho (programa museológico) e da sua implementação.

A musealização da mina de Argozelo será também uma forma de contrariar localmente a globalização/massificação a que, impiedosamente, a sociedade contemporânea nos sujeita e que decorre tanto dos compromissos internacionais assumidos como do “progresso”

<sup>154</sup> Domínio de intervenção que verificámos não ter sido contemplado nos projectos de intervenção museológica em Aljustrel e em S. Pedro da Cova.

<sup>155</sup> Conduzido pelo IGM e por uma empresa constituída para o efeito, a “Ex-Min”.

<sup>156</sup> “A museologia deve procurar no mundo contemporâneo que tenta integrar, os recursos de desenvolvimento para estender as suas funções tradicionais de identificação, de conservação e educação a uma maior abertura dos seus objectivos de forma a melhor inserir a sua acção no ambiente humano e físico” in: *Declaração de Santiago*.

<sup>157</sup> Pelo que conhecemos de outros projectos, nomeadamente fora das nossas fronteiras, também com muscus de pequena dimensão, a perspectiva do auto-financiamento é utópica, pelo que será sempre necessário encontrar um cordão umbilical que de uma ou outra forma capte, ou canalize, verbas estatais permanentes destinadas à cultura, que lhe possam garantir a subsistência e o crescimento.

tecnocrata no seu pior sentido. A globalização tem vindo sistematicamente a padronizar estilos e comportamentos, destruindo de forma sistemática as diferenças que marcavam afinal as identidades locais e as referências temporais, fundamentais na construção/preservação da memória colectiva.

## 5.2. Conceitos e elementos da intervenção

Se quisermos identificar os conceitos tipológicos básicos deste museu, deverá ter-se em conta que ele emerge de contextos *de âmbito local*, geológicos, técnicos e sociais, incorporando uma paisagem mais ou menos profundamente marcada pela instalação da exploração. Estas características parecem-nos justificar a concordância com o modelo conceptual proposto por M. Olímpia Campagnolo (1991), segundo o qual os **museus locais** são o resultado da "*vontade das comunidades de exprimir através de bens representativos a coerência a diversidade culturais e territoriais de uma dada realidade humana e natural*" (p. 61).

Entendemos que o programa de intervenção museológica para as minas de Argozelo, embora tenha como elemento de partida o **património** mineiro (arqueológico industrial e imaterial), deverá alicerçar-se também sobre outros elementos chave, designadamente a **comunidade** (ex- mineiros e famílias e habitantes da Vila em geral) enquanto principal actriz e espectadora do processo histórico e do desenvolvimento do projecto museológico e o **território** (a mina e a sua envolvente), marcado por uma ruralidade acentuada contrastante com os elementos de paisagem industriais e urbanos inerentes ao desenvolvimento da actividade mineira. A integração destes elementos, permite considerar a formação de um **museu aberto**, numa perspectiva idêntica à que outros autores, noutros contextos, consideraram para S. Pedro da Cova e para Aljustrel<sup>158</sup>.

Dadas as características da Vila de Argozelo, julgamos que o Museu se deve inserir rapidamente no tecido económico e social da Vila, na óptica de que este será um equipamento cultural colectivo, em nossa opinião de carácter marcadamente **comunitário**, assumindo-se como veículo de desenvolvimento local ou, como entendiam E. Babo *et al.* (1997) para o caso de S. Pedro da Cova, "*assumindo um papel catalisador das dinâmicas sociais e económicas*

<sup>158</sup> Cfr. "Estudo de inventariação e caracterização..." vol II (I):3.



*locais, designadamente ao nível da participação e da criação de emprego para a população”* (p. 40).

Enquanto instrumento de identidade, reflexão e educação, julgamos dever deixar clara a nossa perspectiva de que o Museu das Minas de Argozelo se deverá afirmar em duas áreas igualmente importantes: a da dimensão humana do trabalho das minas e a da dimensão técnica e tecnológica ligada à exploração dos recursos minerais. Afigura-se assim a possibilidade de o museu se poder afirmar pela sua acção e actividade como **museu de sociedade**, com uma vertente de **museu da técnica e da indústria**.

### 5.3. Oportunidades e constrangimentos do Projecto

Saber identificar as oportunidades e os constrangimentos de um projecto, é de certa forma, contribuir eficazmente para a definição de estratégias de sucesso, que minimizem o efeito dos constrangimentos sempre presentes e potenciem os seus pontos fortes .

Sem pretender sermos exaustivos, uma vez que este é ainda um documento preliminar, enumeram-se algumas das oportunidades e constrangimentos que nos pareceram mais pertinentes, alguns dos quais já tínhamos referido noutras ocasiões (Brandão 1999:171-172; Brandão 2001):

#### **Oportunidades**

- Beneficiar da manifesta carência de estruturas museológicas ao nível dos concelhos da Região Norte, sabendo-se que esta é a área do país que apresenta um número de unidades museológicas mais baixo, com uma relação ponderada de unidades/100 000 habitantes mais baixa (3,6), situando-se abaixo do *ratio* nacional (Silva *et al.* 2000:49);
- Beneficiar do facto de não haver, ainda, em Portugal, nenhum museu que preserve, investigue e divulgue<sup>159</sup> o **espaço cultural da mina**, marcado pelos saberes técnicos específicos e por padrões de organização empresarial e social peculiares;

<sup>159</sup> Exceptue-se o "Parque Mineiro da Cova dos Mouros", organizado numa perspectiva lúdica, embora rigorosamente correcto do ponto de vista científico e o projecto em desenvolvimento na mina do Lousal.

- Aproveitar a actual tendência generalizada para a protecção e preservação dos testemunhos memoriais como símbolos de modernidade e estratégia de desenvolvimento económico, no sentido de captar interesses, vontades e financiamentos, mais sensíveis pelo certo “ineditismo” da ideia;
- Aproveitar a mobilização da opinião pública local em tempos de mudança política;
- Recuperar e valorizar o conjunto de instalações e equipamentos ainda existentes em Vale do Milho, usando-os como instrumento de educação, identidade e desenvolvimento local;
- Mobilizar os antigos mineiros e outros profissionais outrora ligados ao tratamento dos minérios e beneficiar do seu contributo activo no esforço de recuperação e recolha dos testemunhos da actividade mineira em Argozelo;
- Beneficiar de um enquadramento paisagístico de grande beleza, marcado pelos dois profundos vales dos rios Sabor e Maçãs, onde se destacam vários elementos de interesse turístico cultural, se geridos como um todo;
- Beneficiar de financiamentos externos através dos fundos estruturais europeus, aos quais poderá aceder através dos vários programas disponibilizados e que tem dado contrapartidas a muitos outros projectos museológicos, acessíveis através das Câmaras Municipais (com que aliás já existe uma parceria) e através das Associações de Desenvolvimento (ADL's).

### **Constrangimentos**

- De momento, julgamos que o mais pertinente dos constrangimentos é a (aparente) inércia dos promotores face às propostas já feitas, que está a ser penalizada com o vandalismo e a degradação do património da mina, nomeadamente sobre os bens adquiridos pela Câmara Municipal e que, consequentemente, são propriedade colectiva;
- A aparente falta de vontade (?) pela parte da Câmara Municipal e da população no exercício do seu direito de cidadania, de fazer agendar o assunto para debate na Assembleia Municipal, onde poderia ser, por um lado, reconhecido o interesse patrimonial deste conjunto de testemunhos da actividade mineira, e por outro, como medida cautelar, tomada a deliberação de o declarar como “imóvel de interesse



concelho”, legitimando desta forma as necessárias medidas de intervenção imediata no sentido salvaguarda daquele património<sup>160</sup>;

- As dificuldades impostas pela complexidade e demora do acto de liquidação e os conflitos entretanto gerados, que têm vindo a protelar as decisões relativas à aquisição dos terrenos<sup>161</sup> onde se situa a mina com a consequente perda do património ainda existente;
- O importante investimento inicial necessário à implementação do projecto, consequência do estado de degradação das instalações, equipamentos e dos acessos, que aliás nunca passaram de uma estrada em macadame<sup>162</sup>;
- A inexistência, de momento, de património móvel e documentação que sirva de base às primeiras fases da necessária investigação para o arranque do projecto;
- A fraca acessibilidade de Argozelo e o seu relativo afastamento das grandes rotas turísticas, embora a situação tenda a evoluir positivamente com o melhoramento das vias existentes<sup>163</sup> e minimizado com um bom trabalho de *marketing* e de cooperação com a restante rede de instituições culturais da Região;
- O relativo desconhecimento da dimensão e comportamento dos públicos que será necessário captar;
- A impossibilidade, pelo menos de início, de ter acesso a uma galeria subterrânea ou à sua simulação.

<sup>160</sup> A sugestão de classificação do complexo mineiro de Vale de Milho foi por nós oportunamente apresentada por escrito ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vimioso, juntamente com cópia da legislação em vigor sobre as competências da Assembleia Municipal nesta matéria e o modo de instruir o processo de classificação a remeter, posteriormente ao IPPAR. Deve acrescentar-se que a discussão deste assunto podia ser também encarada à luz do PDM, designadamente no âmbito da matéria do seu artigo 10º - Elementos do Património Cultural (v. Regulamento do Plano Director Municipal de Vimioso in: Resolução do Conselho de Ministros nº 94/95, DR 1ª série B de 29 de Setembro).

<sup>161</sup> Estes terrenos no dizer do Presidente da Câmara, *não servem para a agricultura nem para a construção*. In : Jornal de Notícias de 20/7/1999, pp. 43.

<sup>162</sup> A orçamentar e pesar nos custos do arranque do museu estarão também o restabelecimento da ligação de energia, desactivada desde 1992 e os custos de ligação à rede pública de fornecimento de água.

## 5. 4. Relações com o exterior (ambientes)

A equipa de programadores que se debruçar sobre a elaboração do projecto definitivo do museu e sobre a sua implementação, terá de ter em consideração que este não é uma entidade isolada, mas fará parte de um vasto conjunto de agentes sociais, culturais, empresariais e órgãos de Poder, com os quais irá coexistir e com quem, em maior ou menor escala, irá interagir.

Na realidade o museu ficará inserido numa complicada teia de relações (ambiente) às quais é necessário dar muita atenção na medida em que as opções estratégicas de cada uma delas e, reciprocamente, do museu para com elas, poderão influenciar positiva ou negativamente o seu funcionamento.

São múltiplos os factores que directa ou indirectamente pesarão na tomada de decisão no museu e que com maior ou menor intensidade influenciarão a sua vida. Listamos apenas os que consideramos mais pertinentes para a vida do museu, sem mais desenvolvimentos que, em nosso entender, não caberiam no âmbito deste trabalho.

- Instrumentos de planeamento regional;
- Acessibilidades;
- Opções estratégicas do Poder Local;
- Fluxos/ linhas de movimentação de turistas;
- Escolas: número, tipo e planos de actividades (considerando que o público escolar é, actualmente, parceiro privilegiado dos museus);
- Rede de museus locais e vocação de cada uma das unidades<sup>164</sup>;
- Associações no domínio do património e ambiente;
- Possibilidades de mecenato cultural.

<sup>163</sup> Igualmente pouco acessível é o Parque Minciro da Cova dos Mouros em Alcoutim, longe dos principais itinerários turísticos, mas que nem por isso deixa de ser procurado por visitantes individuais e grupos escolares, mesmo provenientes de zonas bastante afastadas.

<sup>164</sup> Rever as notas do parágrafo 4.2.3 (Parte II) e anexo 10.



À escala local, o museu deverá também ter em conta a existência das várias associações de carácter cultural, desportivo e recreativo<sup>165</sup>, com as quais deverá estabelecer parcerias, oferecendo os seus espaços e potenciando as acções levadas a cabo, individualmente, por cada uma daquelas organizações.

---

<sup>165</sup> Rever as notas do parágrafo 4.1.3 (Parte II).

## 6. Linhas mestras do programa museológico

### 6.1. Do programa museológico

#### 6.1.1. Enquadramento conceptual

O lançamento de um projecto de musealização ou de criação de um museu, independentemente do seu âmbito de actuação, dimensão e colecções, passa necessariamente por um apurado estudo prévio, o mais abrangente possível, que englobe desde o levantamento da problemática de base, à análise da conjuntura, identificação dos recursos humanos e financeiros envolvidos e, em última análise, à **programação** das diferentes etapas de implementação e concretização do projecto e da execução do orçamento.

No entender de O'Byrne & Pecquet (1979:74; 1987:27), a programação é uma ferramenta fundamental do desenvolvimento do projecto na medida em que permite por um lado,

- assegurar aos donos da obra (município, fundação, ministério etc.) uma assistência técnica e prática que começa com a definição de objectivos e que prossegue até ao arranque do museu e, por outro,
- otimizar intelectual e financeiramente os investimentos e, enquanto modo de pensar, a pesquisa de soluções originais que permitam ao conservador exercer as suas actividades nas melhores condições.

De acordo com os mesmos autores, a programação consiste fundamentalmente na *elaboração de um documento de síntese técnico e prático com uma série de informações e de directivas resultantes dos estudos prévios, cientificamente conduzidos*, que sejam facilmente utilizáveis e compreensíveis pelos diversos intervenientes no processo, nomeadamente:

- o *utilizador do manual* (o gestor ou conservador do museu);
- o arquitecto, *conceptor*,
- o *promotor* (dono da obra) e
- o *conservador*, que irá gerir o quotidiano.



Para Anne Raffin (2000), a programação consiste na concepção dos documentos de reflexão que precedem a realização de um projecto museológico, feita a partir do **projecto cultural e científico**, a que se junta o projecto de arquitectura. “*Antes de mais, segundo a autora, trata-se de um processo dinâmico, de um estado de espírito*” (p. 3).

Para esta autora, o projecto cultural é afinal “*a definição, pela equipa encarregada do museu de um conceito definindo a vocação do museu, as suas missões, os seus objectivos, o seu papel cultural, social, económico(...) visa definir a política global do museu em matéria de conservação de colecções e de divulgação junto dos públicos*” (idem p. 6).

Podíamos assim dizer que, basicamente o projecto cultural visa dar sentido ao trabalho museológico, procurando responder a questões essenciais como “a quem serve o projecto”, ou, por exemplo, “quem elabora e para quem?”. Por outras palavras, como referem P. Rasse & Necker (1997), o “projecto cultural” fundamenta o projecto museológico definindo “*a sua vocação, a evolução das colecções e evolução dos seus públicos e pelo papel que desempenha na cidade e na região*” (p.159).

Partilhamos plenamente da perspectiva destes autores quando referem que o projecto cultural é muito mais importante nos museus de sociedade, “*onde as colecções não têm senão um valor simbólico, porque inseridas num projecto museográfico*” (idem) e agrada-nos a abrangência do conceito de “projecto cultural”, cuja formulação, acreditamos, ultrapassa temporalmente o programa operacional mais imediato, na medida em que, como os próprios autores o exprimem, deve “*reflectir o papel e políticas [do museu] a fim de encontrar as soluções que melhor permitam responder às solicitações cada vez mais amplas e mais complexas*” (p. 162)<sup>166</sup>.

Na óptica destes autores, a formulação do projecto cultural visa atingir os seguintes objectivos principais (p. 162-163):

- *Dar visibilidade às novas missões dos museus;*
- *Constituir um colectivo de trabalho no seio do museu;*
- *Inserir melhor o museu no seu ambiente e no seu território;*
- *Dotar o museu de personalidade vincada no território onde se insere.*

<sup>166</sup> Esta ideia está em consonância com a ideia de A. Raffin de dinamismo do projecto cultural.

Do projecto cultural faz também parte o “**programa científico**”, que segundo Rasse & Necker (*op. cit.*, 162), consiste no programa de investigação que visa fornecer as bases de reflexão da equipa de projecto, ou de forma mais explícita como indica F. A. Pereira (1996), consiste no “*conjunto de conteúdos que se pretende transmitir*”(p. 27).

Embora F.A. Pereira (1996) entenda que o programa científico deve ser elaborado pelos “*especialistas das áreas disciplinares a que se reporta o museu sob coordenação do museólogo*”, Rasse & Necker (*idem*) alertam para o facto de que com a entrega da elaboração do programa a um grupo de especialistas externos, se “*corre o risco de se tornar pouco eficaz por ser eminentemente «científico»*”.

Nesta perspectiva teremos, no caso em estudo, que a equipa de concepção (ou equipa de projecto) deverá incluir, lado a lado, especialistas na áreas técnicas da **geologia e minas** e da **história local económica e social**, já que serão estes os dois pilares fundamentais do programa científico.

A juntar ao programa científico há a considerar o **programa museográfico**, *i.e.*, o estabelecimento “*de forma criativa e tanto quanto possível inovadora, da encenação dos testemunhos e do discurso que os organiza no espaço escolhido*” (Pereira 1996:27).

A necessidade de se clarificar, definir e conduzir a acção museológica, obedecendo a uma planificação global já fora equacionada por G. Henri de Rivière, no seu Curso de Museologia (*cit. in* Leroux-Dhuys 1993:441), desenvolvendo o trabalho em torno de linhas mestras de orientação nomeadamente no âmbito da definição dos “estatutos e a organização” [dos museus] e da sua “arquitectura e programação”<sup>167</sup>.

De facto, como sintetiza F. A. Pereira (1996) inspirado em G. H. de Rivière, “*um museu obedece a um certo tipo de exigências programáticas mínimas ao nível da arquitectura que se podem considerar análogas às que se exigem para a construção de um hospital, aeroporto ou de uma biblioteca: a discriminação dos espaços públicos de livre acesso (acolhimento, exposição permanente e temporária, serviços de apoio como lojas, cafetarias e restaurantes, bengaleiro), dos espaços públicos de acesso controlado (bibliotecas e centros de documentação, áreas educativas, auditórios, direcção e administração) e dos espaços de acesso reservado (gabinetes técnicos, reservas, centros de restauro oficinas e armazéns, centrais de controlo técnico e de segurança, áreas de apoio ao pessoal...*” (p. 26).

<sup>167</sup> V. *in*: La Museologia, de G.H.R., respectivamente, os textos de C. Pattyn e J. Leroux-Dhuys.



Basicamente, estes espaços, funções e actividades são estabelecidos no **programa museológico** que complementado com o programa científico, permitem planificar o conjunto das acções levadas a cabo no/pelo museu.

### 6.1.2. Dos níveis de programação

Segundo M. Lehbruck (1974, 96), é possível estabelecer-se um programa de tal forma preciso que este se torne “um projecto latente” que se impõe a todos os programadores.

Entre o **pré-programa**, que corresponde à síntese dos diferentes levantamentos e onde se esboçam as linhas de força da intervenção, e o **programa definitivo**, o documento que já contém a concepção detalhada do ante projecto de instalação e do projecto de arquitectura, pode estabelecer-se um outro nível, correspondente ao que O’Byrne & Pecquet (1979:77) chamam o **programa de base**, o qual permite estabelecer o esquema geral de organização da operação e a elaboração do ante-projecto sumário de arquitectura.

P. O’Byrne & Pecquet (*op. cit.*, 82-84), enumeram uma série de tópicos/documentos que, em sua opinião, constituem a substância dos diferentes níveis da programação. Da longa lista que apresentam para as várias etapas de desenvolvimento do projecto, retemo-nos naquelas que consideramos, de momento, mais pertinentes e que desenvolveremos neste capítulo<sup>168</sup>:

- *Definição de objectivos*
- *Previsão geral dos espaços e dos equipamentos*
- *Predefinição das actividades*
- *Exposição dos motivos que conduzem à realização*
- *Apreensão crítica global das oportunidades e ameaças*
- *Apreensão crítica global do funcionamento*
- *Plano de organização da obra*
- *Lista de actividades principais*
- *Orçamento*

<sup>168</sup> A ordem pela qual faremos a nossa abordagem, não reflecte necessariamente a ordem transcrita do texto dos citados autores. Consideramos ainda não terem cabimento no âmbito desta abordagem a “previsão geral dos equipamentos” e os “orçamentos”.

## 6.2. Princípios orientadores

A concepção do “Museu das Minas de Argozelo”, deverá, em nosso entender, assentar num conjunto de linhas mestras visando a sua constituição num centro de irradiação de intervenções materiais e culturais ao nível da freguesia, tendo por finalidade a promoção do desenvolvimento pessoal e local. Nesta óptica entendemos que os princípios orientadores da sua missão, devem ser traçados à luz dos pressupostos básicos da chamada “*Nova Museologia*”, que passa, por um lado, “*pelo reconhecimento do direito real das comunidades a criar as suas próprias iniciativas museológicas*” (Moutinho 1992a:30), por outro pela interiorização das directivas emanadas da Mesa Redonda de Santiago do Chile (reforçadas com as recomendações das conferências de Quebec e de Caracas) que apontam inequivocamente que *o museu é uma instituição ao serviço da comunidade, que tem como missão crucial participar na formação da consciência da comunidade que serve, de forma a que esta apreenda através de um quadro histórico os problemas do homem enquanto indivíduo e enquanto ser social.*

Neste quadro epistemológico, os museus aparecem como uma forma particular de museologia com uma finalidade eminentemente social, onde “*as condições de emergência do projecto museológico , enquanto que suporte de um projecto mais amplo de intervenção social, determinam as estruturas organizativas e orientam a sua acção*” (Moutinho 1992b:39).

Nesta óptica, defendemos, à semelhança do que Elisa Babo e outros (1997) preconizaram no projecto de valorização e animação do Museu Mineiro de S. Pedro da Cova<sup>169</sup>, que o Museu das Minas de Argozelo se deve constituir num “*pólo dinamizador da realidade local*” (p. 36), contribuindo para a criação de uma nova “*centralidade sócio-urbanística*” e para o reforço da auto-estima e identidade local, modificando a imagem exterior da Vila, tanto ao nível do distrito, como a nível nacional.

Estas linhas de força programáticas desdobram-se em múltiplas vertentes entre as quais, acompanhando o recomendado por aqueles autores para S. Pedro da Cova (*op. cit.*, p. 36-37), julgamos merecerem destaque:

<sup>169</sup> Tanto quanto julgamos saber, este estudo prévio realizado para a Câmara Municipal de Gondomar, não foi, até agora, desenvolvido.



- As expressas pelas acções centradas na salvaguarda e recuperação do património arqueológico industrial, tanto na sua dimensão material como na sua dimensão das vivências e saberes inerentes à actividade extractiva;
- As expressas por acções de valorização do património existente e preservação e valorização da memória colectiva, potenciando o inter-relacionamento das gentes e das gerações ligadas ou não à actividade das minas;
- As expressas em acções de intercâmbio cultural enriquecedoras e potenciadoras de novas experiências nos domínios científico e artístico, ligadas à conservação e valorização do seu património cultural;
- As que proporcionem a criação de novas vias de dinamização da actividade económica local;
- As que permitam criar e/ou melhorar a imagem exterior de Argozelo;
- As que permitam criar e desenvolver dinâmicas de parcerias locais e regionais potenciando o desenvolvimento do projecto, da Vila e dos seus habitantes.

### 6.3. Sistema de finalidades

O processo de intenção de criação de um museu é indissociável da definição do **sistema de finalidades** que lhe preside e que condicionará, ou melhor, norteará toda a sua actividade.

Nesta óptica, e de acordo com a proposta de M. Augusta Fernandes (1990:246) será necessário identificar não apenas a *responsabilidade social* da organização e a sua *missão*, como também a sua *função nos diversos meios em que está inserido* e os seus grandes *objectivos*, aspectos que no seu todo justificarão a existência da entidade museu.

#### 6.3.1. Vocação

Segundo F. A. Pereira (1996), a **vocação** de um Museu pode definir-se a partir da caracterização do seu *património*, *carácter disciplinar* e *abrangência territorial* (p. 27).

Desta forma podemos dizer que, o Museu das Minas de Argozelo uma vez que se irá ancorar na preservação e valorização do património mineiro (material e imaterial), elemento estruturante da comunidade e que tem como principal destinatário a população local, poderá

considerar-se como uma organização de âmbito local podendo, no entanto, aspirar a uma abrangência territorial mais vasta, distrital ou mesmo regional, em função de sucesso que venham a ter as acções de captação do movimento de visitantes (*marketing cultural*) existente em Trás-os-Montes ao longo dos grandes eixos de circulação.

A abrangência regional, distrital, poderá ser garantida se se investir na promoção do museu não apenas junto do público escolar, aliás público privilegiado dos museus em geral, mas também junto do chamado “público geral”, uma vez que não há outros equipamentos que com este concorram na oferta do mesmo tipo de bem cultural: um museu mineiro.

### **6.3.2. Objectivos gerais**

Tendo presentes as considerações feitas nos parágrafos anteriores e as condições particulares da mina e da comunidade de Argozelo, julgamos poder privilegiar para o Museu das Minas os seguintes objectivos gerais:

1. *Recolher, preservar, recuperar e valorizar* o património mineiro existente, tendo em vista a salvaguarda da memória colectiva e o reforço da identidade local;
2. *Contribuir para a reabilitação paisagística e ambiental* do conjunto de espaços outrora utilizados pela “zona industrial” da mina, minimizando o impacte ambiental causado pela sua exploração;
3. *Contribuir activamente para a revalorização / revitalização social, económica e cultural da comunidade*, mediante a promoção de actividades de formação e animação e do turismo cultural;
4. *Apelar à participação dos actores locais*, envolvendo-os no processo de consolidação e crescimento do Museu e *melhorar o nível geral de auto estima* da população pelo reforço da sua identidade;
5. *Tornar o Museu um espaço aberto* à realização de diferentes actividades compreendidas dentro da regular actividade museológica designadamente recolher, investigar, conservar e divulgar o património geológico mineiro de Argozelo e, mais generalizadamente, regional e nacional;

Afigura-se-nos pertinente tecer alguns comentários e/ou esclarecimentos relativamente aos objectivos gerais enunciados.



### 6.3.2.1. Primeiro objectivo

A prossecução do primeiro dos objectivos formulados implica uma multiplicidade de actividades que se sucederão desde o arranque do projecto. Estão em causa tarefas tão diversificadas como a *preservação*, a *investigação*, a *recolha*, a *inventariação*, a *selecção* e a *recuperação/restauro* dos testemunhos materiais que possam contribuir para a reconstituição da história da mina e das gentes que nela trabalharam, bem como, noutro plano, a *divulgação* dos trabalhos realizados mediante a realização de exposições e outras actividades.

Julgamos que seja um objectivo prioritário na medida em que, antes de mais, é preciso salvar da destruição os equipamentos ainda existentes na mina, poupando-os à prensa dos sucateiros e à acção dos vândalos; depois é preciso recolher, com o auxílio da comunidade, os testemunhos materiais e imateriais directamente relacionados com a actividade mineira, no intuito de constituir um acervo material e documental que sirva de base à investigação e à realização das exposições necessárias à interpretação do sítio e da sua história produtiva, tecnológica e social.

Este trabalho delicado assume particular importância, na medida em que constitui a principal via para colmatar a grave perda do património móvel da mina e a destruição criminosa do arquivo geral da mina. Para que este trabalho possa frutificar, porém, é fundamental garantir a participação e envolvimento da comunidade logo nas primeiras fases de desenvolvimento do projecto.

Uma segunda prioridade é, em nossa opinião, a recuperação dos equipamentos existentes (e dos bens eventualmente recolhidos), que carecem de uma intervenção mais ou menos profunda com a dupla finalidade de garantir a sua conservação e de os adequar à sua nova função expositiva.

Se se seguir por exemplo a metodologia utilizada pelo Museu Mineiro de Rio Tinto<sup>170</sup>, a recuperação dos equipamentos poderá conseguir-se – pelo menos parcialmente – recorrendo a acções de formação profissional que visariam simultaneamente colmatar as imediatas necessidades do futuro Museu sem a necessidade de grandes investimentos e, noutro âmbito, a possibilidade de fornecer à população mais jovem e/ou desempregada da área (nomeadamente

<sup>170</sup> O Museu Mineiro de Rio Tinto, dotado de um quadro exíguo de pessoal fixo, tem vindo a colmatar parte das suas necessidades de mão-de-obra especializada recorrendo à formação profissional conseguida através da celebração de acordos de cooperação com o Instituto do Emprego de Espanha, acções financiadas, afinal, pelos programas comunitários de qualificação dos trabalhadores do espaço da EU. (Informação pessoal de J. Mantécon Jara).

ex-trabalhadores da mina), uma formação profissional de qualidade e o seu envolvimento directo no projecto.

Com igual prioridade encaramos a necessária recuperação do conjunto de edifícios que integram o antigo complexo mineiro e que venham a ser considerados essenciais ao funcionamento do museu, bem como a requalificação do espaço envolvente sem que, porém, se descaracterize a paisagem industrial mineira<sup>171</sup>.

Finalmente trata-se de dar sentido às referidas actividades explorando o seu potencial científico, educativo e lúdico, através da comunicação com os diversos segmentos de público. Esta complexa acção, deverá ser concretizada quer pela organização de exposições de longa duração sobre as minas de Argozelo (complementadas com exposições temporárias sobre a indústria mineira em geral), e pela preparação dum percurso através dos vários equipamentos e anexos mineiros, que, no seu conjunto permitam ao visitante não apenas abarcar a vivência quotidiana da mina e adquirir uma perspectiva global sobre as cadeias operatórias da extracção e preparação dos minérios, mas que, sobretudo, como diz F. A. Pereira (1996), “*conte uma história que faça funcionar convincentemente o binómio memória/identificação*” (p. 27).

#### 6.3.2.2. Segundo objectivo

Embora as questões ambientais de Argozelo decorrentes da antiga actividade mineira possam (ou devam) ser tratadas noutro foro, até porque implicam recursos bastante maiores do que os que o museu poderá vir a mobilizar, julgamos no entanto oportuna a possibilidade de que em paralelo com a implementação do programa de intervenção museológica, se dê início a um programa de revalorização paisagística e ambiental da área, funcionando o museu como catalisador e parceiro da acção.

Pelo que conhecemos da área mineira e dos principais problemas existentes, julgamos que o programa de medidas de prevenção e minimização de riscos ambientais a implementar deveria contemplar, pelo menos, as seguintes acções principais:

---

<sup>171</sup> Tendo no entanto em conta o enorme esforço financeiro que será necessário fazer para a recuperação da totalidade do conjunto de edifícios, achamos adequado o estabelecimento de níveis de prioridade, de forma a conseguir fazer o investimento de uma forma escalada no tempo.



- Delimitação da área do parque mineiro (zona de risco ambiental elevado)<sup>172</sup> e vedação das escombreliras contaminadas;
- Identificação, isolamento e sinalização das áreas de risco de abatimento e selagem de poços e chaminés;
- Identificação dos contaminantes, consolidação e tratamento das escombreliras da mina, com origem na mina e determinação da extensão em que se faz sentir a sua influência<sup>173</sup>;
- Implementação de acções de descontaminação de solos e das linhas de água.



**Fig. 6.1.** Aspecto geral da vedação sul. As escombreliras que se vêem na imagem, bem como os tanques de decantação (à direita), estão fora do perímetro “vedado”.

<sup>172</sup> Em data oportuna, foi pedido ao Instituto Geológico e Mineiro um parecer sobre a delimitação da área de risco, sobretudo determinada pelas escombreliras e pela possibilidade de abatimentos, solicitação que foi respondida positivamente com a delimitação da correspondente área, praticamente circunscrita à zona ocupada pelos depósitos e pela área dos antigos anexos mineiros. Não conseguimos saber o eco que efectivamente encontrou este parecer junto das autoridades administrativas, na medida em que no PDM não há qualquer restrição de uso do espaço, sendo a zona dos edifícios considerada como espaço urbanizável.

NOTA: dadas as más condições de reprodução, não se incluiu nos anexos do presente trabalho, a reprodução da área em apreço, tal como é considerada no PDM.

<sup>173</sup> Como as escombreliras são essencialmente constituídas por materiais soltos, a sua estabilidade é diminuta e a susceptibilidade à erosão muito grande, o que tem facilitado, ao longo do tempo a contaminação dos solos, águas superficiais e sedimentos das vizinhanças, avizinhandando-se também, num horizonte não muito longínquo, a possível contaminação das águas subterrâneas. Assim entendemos que esta intervenção se deve estender a toda a envolvente situada a cota mais baixa, nomeadamente a área do campo de futebol e a encosta que confina com as casas (V. fotografia aérea da figura 2.1, Parte II). Tratar-se-á, porventura, de uma das mais difíceis e onerosas operações dada a quantidade de resíduos contaminados com arsénio e sulfuretos, ali depositadas. As soluções finais a adoptar dependem é claro, de uma caracterização cuidada dos estereis acumulados e de uma decisão sobre o seu eventual interesse económico quer como matéria-prima para novos e mais elaborados processos de recuperação, quer para a construção civil, quer ainda, por exemplo, para a sua eventual reutilização como material de enchimento.

Do ponto de vista da requalificação paisagística da área da mina, entendemos deveriam privilegiar-se, numa primeira fase,

- O arranjo dos acessos exteriores<sup>174</sup>;
- O arranjo dos acessos e espaços interiores da área industrial,

deixando para fase posterior a necessária intervenção coordenada no bairro mineiro<sup>175</sup>, enquanto elemento fundamental do objecto museológico.

É também legítima a expectativa de que o museu, ou a implementação do projecto, possa vir a ser catalisador de acções de requalificação dos equipamentos urbanos e dos espaços públicos, actualmente pouco atractivos ou mesmo degradados.

### **6.3.2.3. Terceiro objectivo**

Trata-se de um objectivo de largo alcance social e político, uma vez que visa a redinamização do frágil tecido económico-empresarial, que só muito lentamente conseguiu superar a crise aberta pelo encerramento da mina em 1986, graças, em parte, às remessas dos emigrantes.

T. Ambrose & C. Paine (1993), referem claramente que os museus podem desempenhar um importante papel na regeneração do económica das áreas urbanas e rurais, atraindo o investimento de empresas ou negócios, pela criação de empregos e atraindo turistas (p. 10). Referem ainda os autores que quando o turismo é parte da economia local, os museus e outros centros de atracção actuam como imãs para atrair visitantes, que gastam dinheiro nas lojas locais, restaurantes, garagens hotéis e mercados, estimulando assim o comércio local.

Presume-se que o Museu das Minas venha a ser necessariamente responsável pela criação de alguns postos de trabalho directos e indirectos, quer pela constituição de um quadro permanente de trabalhadores de várias categorias profissionais ocupados com as diversas tarefas de manutenção das instalações e das actividades do museu, quer durante a execução do projecto, pelo fornecimento de serviços (consultoria, construção civil, restauro de equipamentos, recuperação paisagística, etc.,).

<sup>174</sup> O principal acesso à mina é a estrada de macadame que atravessando o bairro mineiro a liga com a povoação. Embora transitável, está em mau estado.

<sup>175</sup> Este tópico será afluído mais adiante, a propósito da intervenção arquitectónica.



Os sucessivos anúncios públicos da criação do Museu em Argozelo, por parte da Junta de Freguesia e Câmara Municipal, geraram desde logo alguma expectativa pela parte dos comerciantes e outros segmentos da população, dada a necessidade de dotar a Vila com os necessários serviços de acolhimento dos visitantes e, a prazo, à sua fixação por períodos mais dilatados<sup>176</sup>.

A necessidade de proceder aos trabalhos de requalificação do espaço e equipamentos da mina, bem como a necessidade (ou oportunidade) de criação de novas ofertas viradas para a prestação de serviços aos turistas (artesanato, gastronomia, recuperação de património, hotelaria e restauração, por exemplo), são, em nossa opinião, motivo bastante para constituir núcleos de formação profissional, tendo em vista os grupos sócio-profissionais e/ou etários mais desprotegidos, estimulando a criação de pequenas empresas, autónomas, ligadas à prestação de serviços.

Espera-se que o Museu das Minas de Argozelo, possa vir a constituir um cartaz promocional da Vila, conseguindo para ali captar, e ser sede, de um verdadeiro turismo cultural, *i.e.*, como diz Cláudio Torres (2000), um turismo que não seja “*entendido apenas como a venda de um produto a retalho ou em pacote (...) [mas que seja] um intercâmbio, uma troca de ideias e conhecimentos, um enriquecimento mútuo em que todos são actores e espectadores*”, (p. 10), de forma que venha efectivamente a contribuir para um enriquecimento e alargamento de perspectivas dos habitantes de Argozelo.

#### 6.3.2.4. Quarto objectivo

Como referem T. Ambrose & C. Paine (1993:11), os museus contribuem para a melhoria da auto-estima, orgulho local e manutenção dos valores culturais tradicionais, demonstrando a mudança e a continuidade do sítio e ajudando as pessoas a compreender as suas raízes.

Assim, tendo em vista aquelas reflexões e independentemente da forma como o museu venha a ser constituído<sup>177</sup>, entendemos que ele se deverá constituir como um pólo de investigação da história cultural local, devidamente entrosado na comunidade.

<sup>176</sup> É por exemplo o caso da restauração e da hotelaria, sector que como referimos em capítulo anterior se encontra actualmente bastante desprotegido, com uma oferta pequena e de má qualidade.

<sup>177</sup> Está-se ainda longe de ver resolvida a questão da assunção do museu como autárquico ou como entidade de direito privado.

A participação e a co-responsabilização da comunidade na tomada de decisão relativamente às diversas fases de implementação e crescimento do programa museológico, bem como à sua gestão, deve ser fomentada para que o museu possa ser sentido não apenas como um equipamento colectivo, mas como parte da comunidade, marcando a sua diferença espaço-temporal.

Como preconizam Babo e outros (1997) para S. Pedro da Cova, *“a aposta passa também pelo despertar nas camadas mais jovens o seu cariz identitário (...) criando formas diversas de interacção entre as pessoas de diferentes gerações, e destas com os espaços em que habitam e se relacionam”* (p. 46).

#### 6.3.2.5. Quinto objectivo

Sendo o museu um instrumento educativo por excelência, deverá ser palco das mais diversas acções de formação e animação cultural, destinadas não apenas à população local como aos visitantes em geral e aos grupos escolares em particular.

Sendo um espaço aberto, julgamos deverão ser incrementadas experiências de intercâmbio cultural e científico, quer com outros investigadores na área da história, património e arqueologia industrial, quer com outras comunidades com idênticas vivências mineiras, quer ainda abrindo os seus espaços a outras formas de expressão artística e/ou plástica.

#### 6.3.3. Missão

Como já anteriormente o disséramos (Brandão 1998a:7), é consensual a aceitação de que os museus mineiros têm por missão fundamental *“a preservação da memória e do património mineiro móvel e construído, propiciando o conhecimento dos recursos geológicos, dos métodos e técnicas utilizados na sua prospecção e extracção e favorecendo o conhecimento da história local, social e económica”*<sup>178</sup>.

<sup>178</sup> Os museus de mina são também lugares de excelência para o encontro, estudo e divulgação da história local, nomeadamente nas suas vertentes social e económica, tantas vezes marcada pela agitação política e pelas greves, pelo desemprego, pela morte violenta e pelas doenças profissionais, e para o estudo da organização do espaço social e laboral, definido segundo padrões estabelecidos a partir das relações hierárquicas entre a comunidade de trabalhadores e das próprias relações funcionais das instalações. A vertente paisagística, é também uma componente de peso na medida em que a instalação destas unidades industriais se traduz em modificações mais ou menos importantes, marcadas não apenas pela introdução dos novos elementos tecnológicos como também pela instalação das infra-estruturas sociais e de comunicação (*Op. cit p. 7*).



- A integração da mina no espaço social mais amplo constituído pelo conjunto urbano e rústico envolvente, onde era completado o dia-a-dia dos mineiros;
- A informativa e formativa, mediada com exposições, folhetos, painéis, vídeo, visitas guiadas e *workshops*, *juntando*, como diz T. Veyron (1994) a propósito das visitas ao poço Curiot, “*o conhecimento sensorial ao conhecimento intelectual*”.

Nesta óptica, e numa escala mais pequena de observação, parece-nos ser de privilegiar por um lado, o desenvolvimento de temáticas relacionadas com as actividades dos diferentes núcleos da mina, nomeadamente no que respeita à **exploração do jazigo e ao processamento dos minérios**, e por outro, o desenvolvimento dos temas necessários à compreensão da **história da mina**, entrosada na **história económica e social local** e na história, mais ampla, da **corrida ao volfrâmio**.

Tal como foi também sugerido, noutros contextos, para as minas do Lousal (Tinoco *et al.* 1998:16), das Ferrarias (Matos *et al.* 1999:5.11) e de S. Pedro da Cova (Babo *et al.* 1997:45), entendemos como fundamental, a produção de uma exposição sobre a **geologia e a metalogenia dos jazigos de volfrâmio**, com particular destaque para Argozelo, devidamente apoiada na cartografia e iconografia disponíveis, e com amostras das rochas e minérios ilustrativas da paragénese e relativas às várias antigas concessões no perímetro da Freguesia.

Julgamos poderem também ser explorados outros temas relacionados, designadamente, o impacte ambiental da actividade mineira e a gestão dos recursos minerais, apontando caminhos para um desenvolvimento sustentado da moderna sociedade.

A título de exemplo e pela pertinência que lhes reconhecemos, listamos seguidamente, alguns tópicos directamente ligados à temática fundamental do museu, passíveis de serem explorados em exposições temporárias:

- Evolução das técnicas e crescimento da indústria mineira;
- O volfrâmio e o estanho: ocorrência na natureza, prospecção e aplicações industriais;
- Evolução urbana e demográfica de Argozelo e suas relações com a instalação das minas;
- Condições de vida e trabalho das comunidades mineiras transmontanas: perspectiva diacrónica;

Assim, tomando por base esta ideia, tem-se que, tal como noutros museus, o Museu das Minas de Argozelo deverá ter a responsabilidade de assegurar, pelo menos, dois dos pilares essenciais da acção museológica:

- a *preservação / conservação in situ* do conjunto de bens móveis e imóveis da mina seleccionados de acordo com a missão acima definida e conhecidas que são as ameaças de ruína, destruição e total desaparecimento do património do que foi uma das mais importantes actividades locais – a mineração do estanho e do volfrâmio;
- garantir a produção de uma *mostra / encenação*, pela qual, como diz M. Olimpia Campagnolo (1991), se faça “a restituição sob a forma de apresentação permanente ou temporária de bens identificados e documentados à população a que estes «pertencem» directa ou indirectamente” (p. 60).

Estas duas acções fundamentais, terão como objectivo a criação de um processo de intervenção cultural na comunidade com quem o museu irá interagir, desencadeando reacções que se traduzam por uma elevação do seu nível de qualificação profissional, cultural, económico e de bem-estar geral. Assim, entendemos que a **missão** do Museu das Minas de Argozelo, como já oportunamente tínhamos tido oportunidade de formular sumariamente (Brandão 2001), poderá ser enunciada da seguinte forma:

*“Aprofundar os sentimentos de auto-estima e identidade da comunidade de Argozelo pelo conhecimento, estudo, recuperação e valorização da sua herança patrimonial mineira visando a melhoria da qualidade de vida da população”.*

#### 6.4. Temáticas do museu

No âmbito do programa interpretativo para o Museu das Minas de Argozelo e tendo em consideração o conjunto dos espaços e o património existente, somos de opinião que o **programa base** deverá ter em conta as seguintes necessidades e vertentes:

- A concepção de um percurso que leve o visitante a percorrer o circuito dos minérios, seguindo os passos e gestos técnicos dos mineiros e dos operários fabris;



- Recursos hídricos e hidrogeológicos regionais e os problemas locais de gestão da água em Argozelo;
- Geologia regional e recursos minerais de Trás-os-Montes;
- Arqueologia industrial e matérias-primas minerais.

## 6.5. Funções e actividades a desempenhar

Mais atrás, ao formularmos os objectivos essenciais do museu, colocamos em posição de destaque algumas das suas principais funções, nomeadamente a **conservação e a preservação** do património mineiro e a sua **divulgação**, sob a forma de exposições e/ou outras formas de comunicação.

A estas funções, está subjacente uma outra essencial: a da **investigação** que como se referiu a propósito do projecto cultural para o museu, constitui a “base de reflexão” que permite conceber e realizar as restantes actividades do museu.

No caso de Argozelo, como aliás na generalidade dos casos de museus de pequena dimensão, pode pôr-se o problema da suficiente capacidade da equipa de projecto e/ou conservador para conduzir a investigação necessária ao estudo dos materiais, processos e história das técnicas e equipamentos do museu ou, se a investigação, como referem Rasse & Necker (1997, 154), deverá (ou só poderá) ser conduzida por elementos ou equipas exteriores ao museu, solicitadas e animadas pelo conservador.

Para M. Célia Santos (2000), o trabalho museológico deve priorizar as seguintes funções principais (p. 4-5):

- **Pesquisa** (construção do conhecimento), construída na *interacção museal com os diversos grupos envolvidos objectivando a construção de uma nova prática social*, numa perspectiva que M. Célia sublinha ser diferente da que se *esgota na mera descrição e análise dos objectos*;
- **Preservação**, que a autora desdobra em várias actividades nomeadamente o trabalho com os bens físicos, sejam elas, ou não propriedade do museu, o *acervo institucional* constituído na sua perspectiva por *material arquivístico, iconográfico, maquetes*,

*depoimentos e testemunhos*, e com o *acervo operacional*, i.e. a envolvente paisagística social e cultural. Seguem-se em sua opinião a *classificação* o *registo* e a conservação, praticados numa base de máximas abertura, reflexão e criatividade.

- **Comunicação**, função que a autora sublinha não estar apenas restrita à exposição mas fazer parte de todo o processo museológico, isto é tanto possibilita a criação da exposição, pelo convite à reflexão e ao debate sobre o tema, como, a exposição se converte em ponto de partida para nova acção de comunicação.

Assim, tendo em vista as perspectivas dos autores citados, a missão proposta e os objectivos gerais formulados no capítulo anterior, julgamos que o futuro Museu Mineiro de Argozelo deverá prever e desenvolver, pelo menos, as seguintes funções e actividades, que implicam necessariamente a afectação de recursos humanos e financeiros e de estruturas fixas de acolhimento:

- *Coordenação*: implementação, execução e avaliação da programação;
- *Investigação, recolha, conservação e arquivo* de equipamentos, ferramentas, materiais etnográficos e documentos escritos e fotográficos relacionados com as minas de Argozelo em particular e com a indústria mineira regional<sup>179</sup>;
- *Recuperação/restauro* dos bens materiais e instalações do sítio mineiro;
- *Interpretação* do sítio e do acervo
- *Acção cultural* e acolhimento dos públicos

<sup>179</sup> Na região há várias outras minas que também fecharam nos últimos vinte anos. Porventura oferecerão, muitas delas menor interesse do ponto de vista da sua reutilização museológica, no entanto, podem revelar-se muito interessantes como fontes de informação técnica e social e como fonte dos equipamentos já perdidos em Argozelo e que possam assim vir a enriquecer o seu património e/ou acervo.



## 6.6. Afecção e articulação de espaços

O desenvolvimento das actividades e funções enunciadas, implica, como dissemos, a afectação de diversos espaços do antigo complexo mineiro. Assim, por nos parecer adequado à planificação, seguiremos o modelo clássico de classificação dos espaços museológicos, em *espaços públicos*, *semi-públicos* e de *acesso restrito*, proposto por G. Henry de Rivière (in: Leroux-Dhuys 1993:441).

A disposição espacial e o inter-relacionamento destas diferentes áreas, designadamente para recepção, exposição, conservação, arquivo/reserva, estudo, investigação e divulgação, deve ser planeada de modo a harmonizar a circulação dos visitantes, do pessoal técnico e dos objectos, o que para Luis Fernández (1999:294), constitui um factor determinante do plano arquitectónico e da acessibilidade do museu.

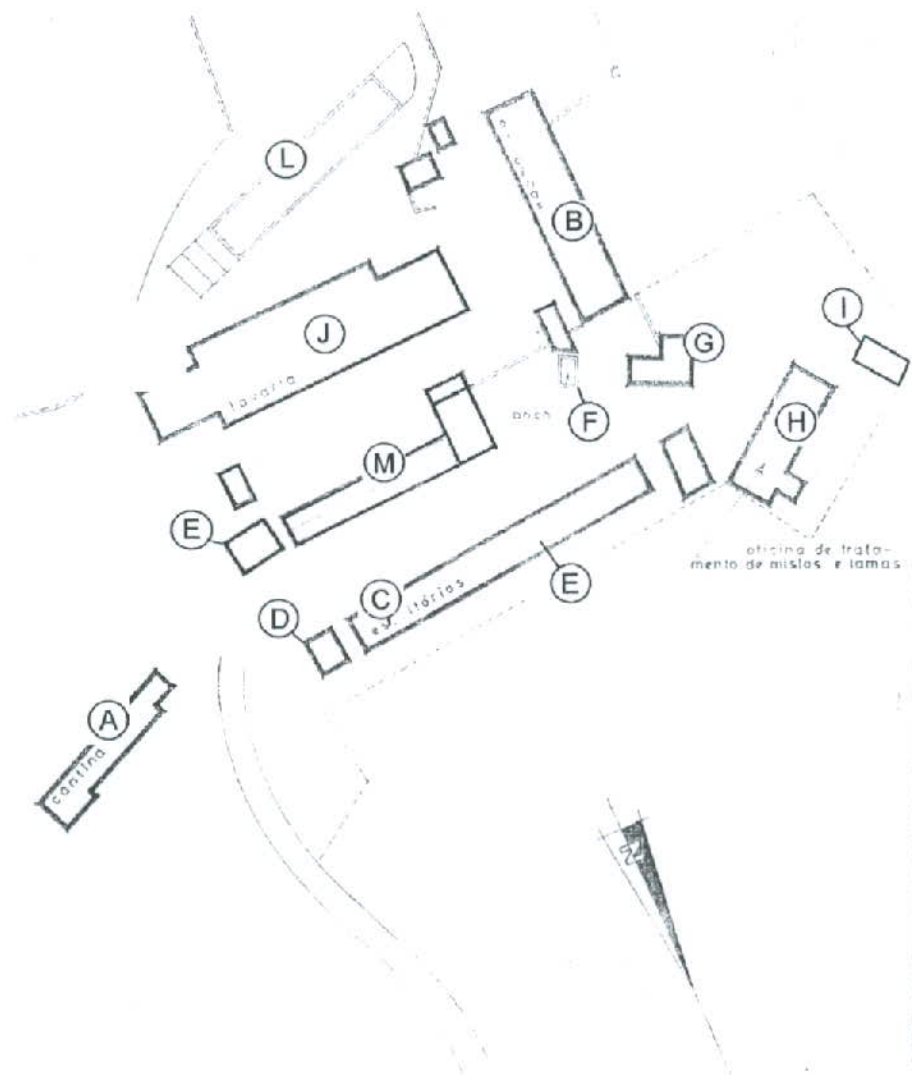
O conjunto de edificações existentes em Vale do Milho foi erigido após os anos 60, num período florescente de actividade da mina. Na generalidade encontra-se muito arruinado, não apenas devido aos vários anos de abandono mas, sobretudo, devido aos constantes actos de vandalismo.



**Fig. 6.2.** Vista geral do complexo, tirada do lado sul. À esquerda os edifícios das antigas oficinas gerais, ao centro as construções que abrigavam a britagem e à direita, em primeiro plano as casas das bombas de água (actualmente inexistentes) e, mais atrás, a lavaria.

Contempla, por um lado, as construções destinadas à zona industrial da mina, por outro um conjunto de blocos habitacionais destinados ao pessoal operário, que na sua maioria ainda hoje continuam habitados por famílias ali instaladas ao tempo da lavra.

Embora tenham desaparecido algumas das pequenas construções, mantém-se na sua essência o número e disposição relativa dos anexos mineiros indicados na planta da figura 6.3..



**Fig. 6.3.** Disposição dos principais anexos mineiros da mina de Vale do Milho, segundo planta de de M.F.Marçal, 1975. Não estão representados o laboratório nem o balneário, últimos edifícios a serem construídos, no final da década de setenta.



### 6.6.1. Espaços de acesso restrito e espaços semi-públicos<sup>180</sup>

#### 6.6.1.1. Coordenação, gestão e museografia

Atendendo à área coberta (190 m<sup>2</sup>), à localização, junto da entrada principal e ao facto de estar fisicamente desligado do restante conjunto de edifícios que poderão funcionar como núcleos autónomos do museu, julgamos adequado a estas funções o conjunto de construções contíguas outrora destinadas a casa do guarda, sanitários e cantina, assinalados na planta com a letra A. Este bloco tem anexa uma garagem, construída mais tarde, com cobertura de telha vã não figurada na planta.

Propomos assim a seguinte nova distribuição:

*Antiga casa do guarda:* Dado o actual estado de completa ruína, propomos a sua eliminação;

*Sanitários:* A recuperar com as mesmas finalidades;

*Cantinas:* Espaços para secretaria, biblioteca / arquivo documental, pessoal técnico;

*Garagem:* Desenho e oficina de museografia.

Embora constitua no conjunto dos anexos mineiros o bloco mais bem conservado carece, de obras de recuperação e adequação, com a redistribuição dos espaços interiores em construção de alvenaria, ou em divisórias amovíveis.

Será necessário prever a aquisição de mobiliário de tipologia adequada.

#### 6.6.1.2. Oficinas de manutenção e restauro e instalação de reservas

Da carpintaria original, edifício construído em alvenaria e coberto com chapas de fibrocimento do início dos anos sessenta, pouco resta actualmente. Com uma área coberta de

<sup>180</sup> Tendo em consideração a necessidade de alojamento imediato da equipa responsável pelo desenvolvimento do projecto, julgamos que a recuperação se deve iniciar com as instalações que irão desde logo permitir sediar o grupo de trabalho, centralizar os materiais de trabalho necessários e os provenientes da pesquisa e recolhas entretanto desencadeadas.

84 m<sup>2</sup> era recentemente usado como forja e oficina de fundição, restando ainda algum do equipamento abandonado no encerramento da mina<sup>181</sup>.



**Fig. 6.4.** Edifícios das antigas oficinas gerais (à esquerda), fundição e armazém geral (ao centro).

Ficam-lhe contíguos os edifícios onde funcionavam as oficinas gerais de mecânica e o armazém geral (figura 6.4), construídos no final da década de sessenta, o primeiro dos quais foi ampliado nos anos setenta para instalar um posto de soldadura e os armazéns de cal e acessórios (conjunto **B** da planta geral).



**Figs. 6.5 e 6.6.** Pormenores do armazém de acessórios (à esquerda) e da oficina geral. Os armários de madeira foram partidos e arrancados durante o Inverno de 2000.

<sup>181</sup> Infelizmente, neste último ano, assistiu-se à quase total destruição da forja e desta pequena oficina de fundição.



Dada a fácil acessibilidade destes grandes espaços cobertos actualmente devolutos, sugerimos que depois de devidamente recuperados sejam aproveitados para instalação das oficinas gerais de manutenção, recuperação e restauro de equipamentos e para armazém de peças de grandes dimensões.

Julgamos ainda adequados à instalação de reservas, os espaços existentes no interior do edifício da lavaria, utilizados, em tempos, pela sua localização e segurança, como armazéns de lingotes e concentrados de minério.

### 6.6.2. Espaços públicos

A nossa proposta passa pela criação de vários **núcleos** e um **percurso** de visita cujos principais pontos de interesse já referíramos em trabalho anterior (Brandão 1999:178), bem como a criação de uma **oficina pedagógica** e um **espaço de exposições temporárias** de acordo com o resumo do quadro 6.1<sup>182</sup>.

Nesta óptica propõe-se a recuperação progressiva dos edifícios onde outrora se instalaram os diversos serviços de apoio, a lavaria e a oficina de tratamento de mistos, bem como a recuperação dos espaços envolventes, com a reinstalação dos principais troços das linhas férreas por onde circulavam as vagonetas do minério, estéreis e lamas.

**Quadro 6.1.** Principais núcleos propostos para o Museu das Minas de Argozelo

Designação	Lugar e conteúdo/serviços
Núcleo principal	Recepção , loja, cafetaria e exposições de longa duração
Núcleo do poço-mestre	Poço mestre, casa do guincho e oficina de carregamento de baterias. Percurso expositivo
Núcleo da central de ar e energia	Compressor e geradores (exposição)
Núcleo da lavaria	Percurso incluindo a moagem e a lavaria geral (exposição)
Núcleo da oficina de mistos	Oficina de mistos e lamas (exposição)
Oficina pedagógica	Laboratório. Actividades experimentais/mediateca
Núcleo do Balneário	Exposições temporárias

<sup>182</sup> Acreditamos que esta estrutura permita não apenas ajudar a hierarquizar as prioridades de intervenção, como também permitir o fraccionamento dos investimentos, intervindo e abrindo ao público cada um dos núcleos de modo faseado.

### **6.6.2.1. Núcleo principal**

Incluirá uma zona de acolhimento dos visitantes (recepção), uma loja e cafetaria e uma área para exposições de longa duração, julgando-se adequada a sua instalação no conjunto contínuo de edifícios situados ao longo da entrada principal da mina, outrora ocupados pelos escritórios (letra C na planta geral) e pela garagem (edifício D).

Este bloco de construções, do início dos anos sessenta, sofreu em 1966 uma ampliação para instalar o posto médico com sala de consulta, Raios X e câmara escura e uma nova garagem<sup>183</sup>. Encontra-se actualmente bastante degradado, carecendo não apenas de obras de consolidação como da total renovação das coberturas (além da redistribuição dos espaços interiores, de acordo com a ocupação que preconizamos).



**Fig. 6.7.** Em primeiro plano, parte do edifício dos escritórios. As coberturas já muito danificadas, ruíram durante o inverno de 2000/2001.

A recepção ocuparia a garagem, o compartimento mais a leste, com 56 m<sup>2</sup>, e a loja e a cafetaria ficariam instaladas na outra garagem (E), sendo apoiadas com uma pequena esplanada, com vista do complexo e do cavalete.

Depois de recuperado, o restante espaço (quatro salas contíguas ocupadas pelo antigo posto médico, escritório e armazéns gerais), oferecerá uma área útil de cerca de 250 m<sup>2</sup>, que ligada

<sup>183</sup> Do posto médico apenas resta, parcialmente destruída, a tina de revelação das radiografias. Os ficheiros clínicos e radiológicos, elementos fundamentais de investigação, foram destruídos e queimados há poucos anos, sem qualquer razão que não a do simples prazer (?) da destruição. Perante a hipótese avançada por alguns antigos mineiros de se reconstruir o posto médico com mobiliário proveniente de outros locais, não nos parece que tal seja, porém, grandemente significativo pois o resultado seria o de um gabinete em tudo idêntico aos que

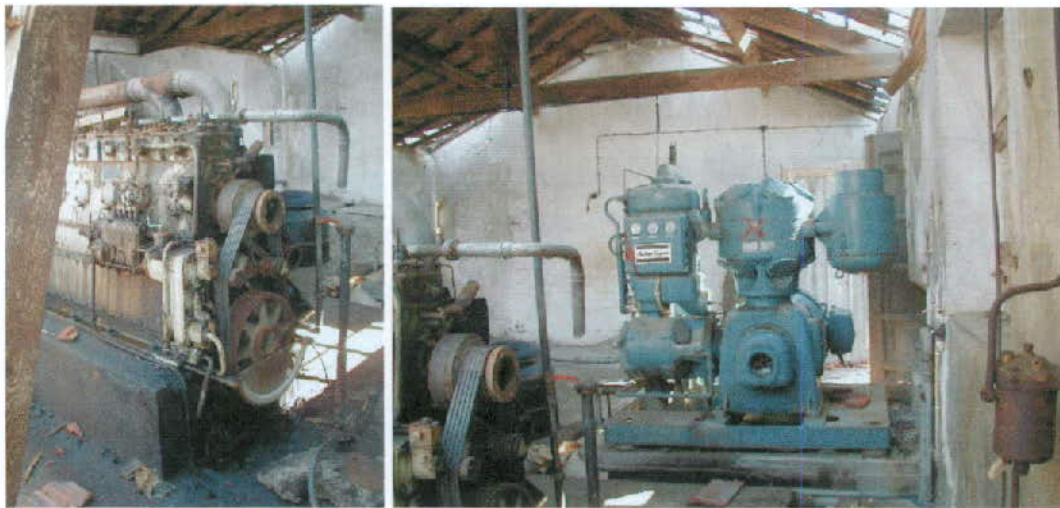


entre si por comunicação interior (actualmente inexistente), poderá, em nossa opinião, permitir a instalação de duas exposições introdutórias, complementares, subordinadas aos temas gerais “*memória da mina*”, que apresentará, apoiada em iconografia e outros documentos, o espaço da mina nas suas vertentes técnica, científica e social, tendo como protagonistas os actores sociais, como também sugerem E. Babo e outros (1997:105) para S. Pedro da Cova, e uma segunda dedicada à “*prospecção e exploração do volfrâmio*”, abordando a geologia do jazigo de Argozelo e a corrida ao volfrâmio em Portugal.

Será também necessário dotar este núcleo com os materiais e o mobiliário de tipologias adequadas, uma vez que nada ficou à excepção das paredes nuas.

#### 6.6.2.2. Núcleo da Central de ar e energia

As exposições introdutórias prolongam-se naturalmente pelo percurso de descoberta das instalações da mina, que se inicia com a central de compressão e energia, que terá necessariamente de ser reconstruída dada a sua importância no processo de exploração.



**Figs. 6.8 e 6.9.** Pormenor do gerador principal *Modag* (fot da esquerda) e do compressor *Atlas Copco*, que trabalharam até ao encerramento da mina. Fotografias de Maio de 1999.

ainda hoje se encontram nalgumas dependências da rede nacional de unidades de saúde pública. Assim, propomos a afectação deste espaço às áreas de exposição.

Ao tempo da produção, a central estava equipada com 4 compressores (2 *Strager* e 2 *Atlas Copco*) de potências entre 60 e 150 Hp, dos quais apenas resta um e com dois geradores *Modag Darmstat* e *Brush*, ainda existentes, que trabalhando alternadamente ou em conjunto, garantiam o abastecimento de energia a toda a mina (incluindo os trabalhos subterrâneos, os anexos mineiros e, gratuitamente, ao bairro operário), antes de ter sido feita a ligação à rede eléctrica<sup>184</sup>, com a central de alta tensão instalada em cabine anexa.



O estado de conservação deste posto, vital para a actividade da mina é francamente deplorável, sendo no entanto passível de recuperação e até, talvez, na devida proporção das novas necessidades, de voltar a ser reactivado na medida em que continua a ser o local de chegada da principal linha que até ao encerramento definitivo abastecia a mina<sup>185</sup>.

A sala dos compressores e a contígua cabine de alta tensão (zona D da planta geral), deverão ser dotadas de painéis com texto e imagem que evidenciem a importância do fornecimento do ar comprimido e da energia ao trabalho de fundo.

**Fig. 6.10.** Pormenor da central de alta tensão.

### 6.6.2.3. Núcleo do Poço mestre

Integrará o cavalete metálico com as respectivas andorinhas, jaulas e receita (F na planta geral), a máquina de extracção construída pela *Mague*, tal como o cavalete, nos anos sessenta, a antiga central de carga de baterias (G) e as torvas.

Por se tratar sem dúvida de uma das zonas mais interessantes do percurso de visita, julgamos que deve ser alvo, tal como toda a envolvente, de uma recuperação muito cuidada.

<sup>184</sup> Sem qualquer protecção contra os vândalos, estes aparelhos e o que resta da respectiva instalação (ar e electricidade), estão actualmente expostos à intempérie por ter sido arrasada a cobertura do edifício no intuito de roubar a madeira ali existente.



Aliás, na generalidade, estes elementos ainda se encontram relativamente bem conservados não implicando trabalhos muito complicados de recuperação. Porém, dos anexos, que serviram como estação de carga de baterias e gabinete dos capatazes, nada resta além do espaço coberto<sup>186</sup>.

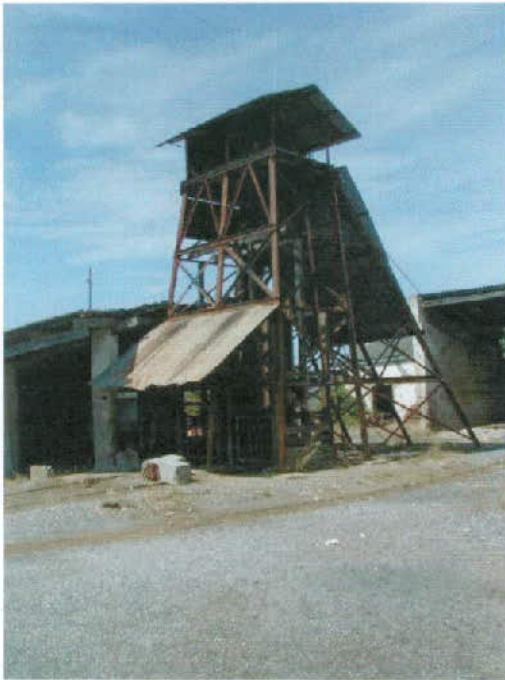


Fig. 6.11 e 6.12. Vista geral do cavalete e, à direita, um pormenor da receita e jaulas.

Da receita estendem-se pequenos troços de carris de ferro tipo “via *Decauville*”, que asseguravam a ligação com as torvas por onde o minério era enviado aos dois britadores de maxilas instalados junto do poço e com a estação de carga de baterias das locomotivas eléctricas<sup>187</sup>.

Na casa do guincho, há espaços adequados à colocação de painéis de interpretação e de um corte geral simplificado do poço mestre, indicando a posição das receitas dos vários pisos, as respectivas cotas e a explicação da sua constituição e funcionamento.

<sup>185</sup> Neste domínio, porém, julgamos que só os técnicos da EDP se poderão pronunciar sobre esta possibilidade, que terá necessariamente de ser equacionada quando se voltar a pedir a ligação à rede pública de distribuição.

<sup>186</sup> No seu todo, estes anexos totalizam uma área coberta de 180 m<sup>2</sup>.

<sup>187</sup> Há ainda, espalhadas pelo perímetro da mina, diversas vagonetas e locomotivas eléctricas, que embora degradadas são, no entanto, passíveis de serem recuperadas e recolocadas nas linhas, encenando a sua anterior utilização.

A intervenção que propomos para este espaço é minimalista, resumindo-se praticamente recuperação dos equipamentos essenciais mais danificados e à colocação de painéis interpretativos junto de cada uma das secções, tendo como base o “diagrama geral” da lavaria, seguindo, em consequência, um percurso que se inicia com a crivagem e gigagem iniciais, passando pela secção de separação hidrogravítica (na qual se propõe a recuperação integral de uma das mesas para demonstração e experimentação do processo) e pelas secções de apuramento, com a flutuação e a separação electromagnética.

A visita da lavaria deverá prolongar-se para o exterior, pelo que se poderia encarar a possibilidade de reutilização dos troços de via férrea e vagonetas devidamente adaptadas para o transporte dos visitantes ao longo de um pequeno percurso que incluísse o silo de areias provenientes das primeiras fases do processo de separação (fig. II-3.13), os tanques de decantação (fig. II-3.18) e, finalmente, as escombreyras.

Tendo em consideração a dimensão do edifício e a sua actual desocupação devido à retirada e/ou desmantelamento de vários dos equipamentos existentes à data da laboração, propomos, ainda a reconversão de alguns dos seus espaços para outras funções, nomeadamente:

- A antiga *oficina geral de mecânica*, que tem uma área útil de mais de 100 m<sup>2</sup>, saída directa para o exterior e boa acessibilidade dentro do complexo, como sala polivalente permitindo a realização de reuniões, palestras e projecções, equipada, em consequência, com o mobiliário e os meios audiovisuais adequados;
- Os antigos *armazéns dos concentrados*, (v. planta do anexo 7), compartimentos sem janelas sob a secção de flutuação, cujas condições ambientais são por isso mais facilmente controláveis, para instalação de reservas e arquivo documental.



#### **6.6.2.5. Núcleo da oficina de tratamento de mistos e lamas**

Instalada em edifício periférico, a oficina de tratamento de mistos e lamas, foi a última unidade a ser construída, já em 1973, tendo sofrido várias modificações até à sua desactivação com a paragem da mina.

O edifício, em alvenaria de tijolo e com uma área útil de 240 m<sup>2</sup>, tem cobertura em chapas de fibrocimento, com estrutura em lanternim, opção tomada devido à intensa produção de gases tóxicos derivados da ustulação e do tratamento químico das lamas. Quanto ao equipamento, como mais atrás se disse, ainda se conserva em parte, embora carecendo de recuperação.

Dado que esta unidade é parte integrante do complexo e justifica as opções económicas tomadas à data, propomos a sua recuperação e abertura ao público, com uma exposição que permita sublinhar o trabalho ali desenvolvido: a metalurgia do estanho e a produção de scheelite artificial, fases com que era encerrado o processamento dos minérios em Argozelo.

#### **6.6.2.6. Núcleo do antigo balneário (exposições temporárias)<sup>188</sup>**

Resta ainda perto do conjunto de edifícios que propomos sejam ocupados pelas equipas de projectistas e pessoal do museu, um outro edifício em alvenaria com cobertura em chapa de fibrocimento, também construído na década de setenta e então utilizado como balneário<sup>189</sup>. Equipado com cabinas de duche, lavatórios e vestiário, o edifício dispunha de cacifos individuais e bancos corridos, constituía portanto uma instalação do tipo “sala de enforcados” como se encontra noutras minas, o que certamente constituiria um interessante elemento da memória mineira.

Embora possua uma área coberta significativa, cerca de 80 m<sup>2</sup>, julgamos ser de ponderar seriamente a sua anexação ao museu, quer devido à sua posição periférica, já no exterior das actuais vedações, quer pelo seu estado de degradação, completamente despojado do equipamento original, pelo que se nos afiguram três possíveis soluções, que deixamos em aberto:

<sup>188</sup> Julgamos que será muito importante manter junto do museu mineiro um espaço aberto a outras manifestações culturais e para realização de exposições temporárias concebidas fora dos anexos mineiros e das suas dependências.

<sup>189</sup> Até à sua construção não havia, na mina, nenhuma outra instalação do tipo. Pelo que apuramos junto dos nossos informantes, este balneário dava também apoio à equipa de futebol local, criada pelo pessoal da mina no final dos anos setenta.

- A sua transformação, a prazo, num espaço aberto para exposições temporárias, não previsto no restante conjunto de edifícios;
- A sua entrega a entidades exteriores ao museu, para sede de equipamentos colectivos de interesse cultural ou desportivo como por exemplo uma biblioteca, mediateca ou ecoteca, inexistentes na Vila, ou mesmo para a instalação de alguma das diversas associações já existentes;
- A sua (eventual) demolição.



**Fig. 6.14.** O balneário, edifício independente mais à direita. Os edifícios à esquerda correspondem ao antigo refeitório e cantinas, e à casa do guarda. Em primeiro plano as escombrelas de sulfuretos.

#### **6.6.2.7. Oficina pedagógica/mediateca**

Junto da oficina de tratamento de mistos foi construído, segundo os nossos informantes, já nos anos oitenta, um laboratório de apoio à afinagem dos concentrados, no qual eram processadas, em contínuo, amostras para aferir da sua qualidade. A ele se referem Adelino Gomes e outros na visita de inspecção feita à mina em 24 de Agosto de 1983.

Do seu antigo equipamento nada resta a não ser, espalhados, diversos sacos com amostras dos produtos da lavaria e as bancadas fixas, passíveis de serem reaproveitadas para a realização de actividades experimentais.

Anexos à sala principal há três pequenos gabinetes passíveis, também, de servirem como apoio ou para guardar materiais.





**Fig. 6.15.** Pormenor do que resta do antigo laboratório de controlo dos concentrados, onde se propõe a instalação da oficina pedagógica.



**Fig. 6.16.** Em primeiro plano, a 'cabine de alta tensão que abastecia o forno de fundição situado na oficina de tratamento de mistos, o edifício principal da imagem. Mais ao fundo, à direita o edifício do antigo laboratório, onde será instalada a mediateca.

Embora não apresente uma área coberta muito grande (apenas cerca de 60 m<sup>2</sup>), propomos que esta sala e os respectivos gabinetes sejam aproveitados para a instalação da necessária base da equipa que virá a ser responsável, no museu, pela realização de actividades pedagógicas e animação, nomeadamente manipulação de exemplares de rochas e minerais e

actividades de laboratório para os grupos dos níveis de escolaridade mais elevados e jogos didácticos ou actividades de observação para as faixas etárias mais baixas. Assim dotado de mobiliário e equipamentos adequados, o antigo laboratório ficará convertido numa pequena *mediateca*, a qual poderá vir a ter uma forte ligação com o exterior, colmatando a inexistência de equipamento idêntico ao serviço da população da freguesia<sup>190</sup>.

#### 6.6.2.8. *Visita das galerias*

Sem dúvida que esta poderá ser a parte mais interessante da visita, pelo que tivemos oportunidade de constatar, pessoalmente, em visitas feitas a museus mineiros noutros países europeus.

A visita das galerias contempla múltiplos objectivos:

- Satisfazer a curiosidade e a descoberta dum mundo de trabalho diferente dos conhecidos à superfície;
- Dar a conhecer as particularidades do trabalho de fundo e as diversas profissões envolvidas nas tarefas de exploração do minério;
- Dar a conhecer as ferramentas e os métodos de trabalho, ilustrando, simultaneamente, a evolução tecnológica operada nestas minas, desde o começo da lavra no século XIX
- Mostrar os filões, a mineralização e o método de trabalho usado no desmonte;

Vemos no entanto esta possibilidade com alguma preocupação na medida em que o poço mestre, como mais atrás foi dito, está impraticável por falta de manutenção e segurança<sup>191</sup>, o poço de socorro que desce paralelo ao poço mestre, pelas mesmas razões está também impraticável, pelo que, presentemente, não se afiguram grandes hipóteses de descer à mina a partir da zona central do complexo.

Afiguram-se assim outras hipóteses de descida, que terão de ser devidamente estudadas e pesadas em termos de exequibilidade, segurança e custos, que passamos a enumerar e comentar:

---

<sup>190</sup> Pode acrescentar-se que a localização periférica do edifício e a sua implantação junto da vedação norte e junto do caminho que liga a estrada de acesso à mina com os terrenos e casas rurais, poderá facilitar a instalação de uma entrada própria e independente do restante complexo, possibilitando outra ocupação e parceria.



1. Reabertura de uma das galerias mais superficiais a partir de um novo poço dotado de todas as condições de segurança.

Trata-se de uma operação necessariamente cara e tecnicamente problemática, perante as condições de instabilidade conhecidas nos pisos superiores da mina. Como óbice, parece-nos também pesarem dois outros factores: por um lado trata-se de galerias muito antigas, onde a mineralização há muito foi esgotada; por outro, deve ter-se em conta que as galerias mais superficiais têm sido sede de abatimentos, verificados sobretudo, no período do inverno.

2. (Re)utilização da chaminé localizada perto da antiga casa do director da mina, na qual tinham sido instaladas escadas para descida em visitas de inspecção.

Não conseguimos, porém, reunir informação suficiente sobre o seu estado de conservação, pois a chaminé foi deixada de utilizar ainda antes do fecho da mina e desde então não voltou a ser reaberta.

3. Entrada pela antiga galeria situada abaixo do oráculo de St.<sup>a</sup> Bárbara, que comunica directamente para a rua central de Argozelo.

Esta entrada tem uma excelente localização; no entanto, segundo os nossos informantes, a antiga galeria superficial situada ao nível do 1º piso, à qual dá acesso, está obstruída, desconhecendo-se a extensão dos desmoronamentos que impedem a passagem.

4. Acesso pela galeria de esgoto ao nível do 6º piso, que, julgamos, oferece melhores condições de estabilidade e segurança e acesso à zona com maior interesse para os visitantes.

Das hipóteses lançadas, esta última parece-nos a mais exequível técnica e economicamente, pese embora a distância a que a bocamina se situa do complexo e do centro da vila<sup>192</sup> (cerca de 1 km), situação que nos parece teria de ser resolvida com o recurso à utilização de um transporte colectivo todo-o-terreno (tipo jipão ou *Unimog*) e implicaria

<sup>191</sup> Aliás, já tinha sido recomendada a sua desafecção do serviço de pessoal desde os desmoronamentos de 1985.

<sup>192</sup> V. localização no mapa do anexo 4.

necessariamente, o arranjo do único acesso, actualmente feito por uma íngreme estrada de terra batida<sup>193</sup>.

Tivemos oportunidade de revisitar o 6º piso na primavera de 2000, entrando pela referida galeria de esgoto, que conduz até ao poço principal. Apesar de estar completamente abandonada há quase 10 anos, surpreendeu-nos o bom estado de conservação da generalidade dos trabalhos, apenas pontuados por pequenos desmoronamentos em zonas de falha, onde a entivação apodreceu.



**Fig. 6.16.** Pormenor de um das galerias de exploração perto do poço mestre. As escorrências azuladas são do sulfato de cobre que nalguns pontos forma, juntamente com os óxidos de ferro e carbonatos, pequenas estalactites.

Conservaram-se bastante bem os carris instalados neste piso bem como a raquete junto da receita, embora toda a área que confina com o poço principal esteja inundada devido à falta de esgoto dos pisos inferiores<sup>194</sup>, o 7º e o 8º, respectivamente à profundidade de 170 e 200 m.

<sup>193</sup> Nos últimos anos de exploração, estava a ser encarada a transferência da mina para este local, já que se previa a continuação do crescimento da povoação (que afinal desacelerou fortemente) e a necessidade de se investir em novos equipamentos de exploração e processamento.

<sup>194</sup> A água dos pisos inferiores deixou de ser bombada quando foi desactivada a equipa de manutenção e a mina foi definitivamente abandonada.





**Figs. 6.17 e 6.18.** A zona do poço mestre completamente inundada (à esquerda) e pormenor de uma das bombas de esgoto dos pisos inferiores, desactivada desde 1992.

Abandonadas perto do poço principal e nalgumas travessas e galerias cegas, há ainda vagonas, ferramentas manuais e martelos pneumáticos, passíveis de serem reutilizadas para a reconstituição das ambiências da mina, tendo os nossos informantes afirmado a existência de mais vagonetas e pás *Einco* noutros pontos do piso.

A partir do poço mestre podem atingir-se e ver-se com facilidade os filões mineralizados e as chaminés abertas pelo desmonte, podendo o visitante compreender facilmente a metodologia de avanço da exploração.

Tornar estas galerias acessíveis aos visitantes, não nos parece ser uma tarefa ciclópica nem demasiadamente onerosa. O problema da drenagem é fácil de resolver, a reparação pontual da entivação também e a observação para avaliar da existência de eventuais movimentações, embora possa ser demorada, não é complicada.

Os factos que nos levantam alguma apreensão decorrem por um lado da (grande) distância que medeia entre a entrada da mina e o poço principal, cerca de 1800 m, sem nada de especial para oferecer além das esparsas formações ocasionadas pelas águas de escorrência, nomeadamente finos depósitos de óxidos de ferro, carbonatos e sulfato de cobre e dos aspectos de pormenor da rochas encaixante, e por outro, da inexistência de uma saída alternativa, sabendo que o único túnel aberto terá de garantir as entradas e saídas normais e ser, simultaneamente, saída de emergência.



Se por um lado este facto reforça a ideia de construção de um novo poço pelo qual os visitantes possam baixar, percorrendo as galerias e saindo pelo caminho diariamente trilhado pelos mineiros em vagonetas devidamente adaptadas para o efeito, puxadas por uma das antigas locomotivas eléctricas<sup>195</sup>, por outro, a possibilidade de recuperação da antiga linha de caminho de ferro e do material circulante, adaptando-o ao transporte dos visitantes, permitiria encurtar substancialmente o tempo do percurso entre a referida entrada da mina (galeria de esgoto) e o poço mestre, zona a partir da qual o percurso de visita e interpretação da geologia e da lavra seria feito a pé e guiado por antigos mineiros devidamente instruídos<sup>196</sup>.

**Fig. 6.19.** Restos do material circulante e via férrea ainda existentes no 6º piso.

#### **6.6.2.9. Outros trabalhos e equipamentos**

Os trabalhos de recuperação dos edifícios e restauro dos equipamentos, deverão ser acompanhados pela implantação de outras estruturas de acolhimento e segurança dos visitantes nomeadamente:

<sup>195</sup> Garantidas as necessárias condições de segurança, os visitantes poderão entrar na galeria logo nas vagonetas, o que para além do aspecto lúdico, possibilita um encurtamento substancial do tempo de percurso.

<sup>196</sup> Nos trabalhos subterrâneos que temos visitado em minas museu, é normalmente fornecido aos visitantes algum equipamento individual de protecção e segurança, nomeadamente o capacete, uma lanterna e um fato ou cobertura impermeável, constatando-se facilmente o seu impacto positivo em termos de atracção/emoção dos visitantes. Tal poderia igualmente ser feito em Argozelo, com a instalação de um vestiário simples junto da entrada da galeria de Litarães, onde outrora houve um abrigo para os mineiros.



- Criação de zona de descanso *pic-nic* para grupos<sup>197</sup>;
- Recuperação e construção de instalações sanitárias;
- Criação de uma área de estacionamento com capacidade e espaço de manobra para autocarro e automóveis;
- Protecção dos tanques de decantação<sup>198</sup> e vedação das escombreyras;
- Implantação de cortinas arbóreas à periferia do espaço;
- Limpeza e criação de espelhos de água nos antigos tanques de reserva;
- Eliminação das antigas instalações da central de tratamento de água, actualmente muito degradadas e despojadas de todos os seus equipamentos originais (M na planta geral).

## 6.7. Intervenção arquitectónica

### 6.7.1. Programa museológico e arquitectura

A necessária recuperação dos espaços e dos edificios tendo em vista a sua adequação às novas funções museológicas, exige um projecto detalhado de intervenção arquitectónica. Nesta óptica, porém, não pode deixar-se de ter presente o ponto de vista defendido por G. Henri de Rivière (*in*: Leroux-Dhuys 1993:442) a propósito das características de uma “*boa arquitectura do Museu*” que, preconizava, *deve estar subordinada a todo o programa museológico*.

<sup>197</sup> Nesta zona, particularmente importante para os grupos escolares, devem ser considerados abrigos do sol/chuva, dadas as características climáticas da região.

<sup>198</sup> Do ponto de vista do museu, julgamos inútil a manutenção de todos os tanques de decantação actualmente existentes (4) pelo que propomos apenas a manutenção dos que estão mais próximos da lavaria, desde que acauteladas as necessárias condições de segurança. A Junta de Freguesia avançou, também, oportunamente, a hipótese da sua recuperação para manutenção de uma reserva de água para apoio aos helicópteros de vigilância e combate a fogos florestais, hipótese que não nos parece ser de rejeitar, nem incompatível com a nova utilização do complexo mineiro.

Além de uma íntima ligação com o programa museológico, o projecto deverá reflectir as características fundamentais da arquitectura dos museus apontadas por G. H. de Rivière e sublinhadas por Fernández (1999:292), designadamente:

- a *flexibilidade* dos espaços interiores<sup>199</sup>,
- a *modularidade*, i.e., a integração simultânea dos equipamentos e suportes a utilizar e,
- a *extensibilidade*<sup>200</sup>.

Rasse & Necker (1997), também sublinham a importância do arquitecto estar integrado no projecto cultural do museu e a necessidade de serem respeitados os condicionamentos do programa, segundo os autores, “*em regra mais fortes nos museus de sociedade do que nos museus de belas-artes*”, onde julgam haver mais lugar à livre criação arquitectónica, acrescentando que podem surgir dificuldades em consequência “*de uma inadequada formulação de objectivos, de imprecisão, falta de coerência ou de força retórica do projecto museológico, mas frequentemente resultam também de um excesso de rigidez do programa*” (p. 147).

Espera-se que o programa museológico, como refere L. Fernández (1999), “*ilumine e conduza a realização arquitectónica*” permitindo, simultaneamente “*a materialização das suas múltiplas vocações: estudo e documentação, conservação e exposição, e educação e cultura*”<sup>201</sup> (p. 291).

Sublinham os mesmos autores que a passagem do projecto à realidade implica ainda um estudo de definição e exequibilidade para “*afinar e quantificar*” as consequências de cada objectivo em termos de meios. Este estudo deverá propor vários cenários museográficos que permitirão à equipa do museu e aos decisores reflectir sobre as possibilidades arquitecturais do projecto (p. 169).

<sup>199</sup> Por flexibilidade entendia G.H.R. o desejo de que as estruturas e os equipamentos do museu se pudessem adequar às sucessivas necessidades impostas por razões de ordem técnica, científica, de públicos e de conforto de visitantes e do pessoal técnico.

<sup>200</sup> Dada a absoluta necessidade de fasear no tempo o desenvolvimento do projecto (sobretudo por razões económicas), julgamos que se deve ter esta característica em particular atenção, respeitando do mesmo modo o pensamento de J. H. Rivière, sobretudo referido ao desenvolvimento do projecto em função das necessidades do museu e das tendências técnicas e estéticas do momento.

<sup>201</sup> Segundo G.H.Rivière (*cit in*: Leroux-Dhuys 1993:440), consoante a importância relativa destas três grandes vocações, assim se moldarão as formas do museu.



Terá pois todo o cabimento a discussão cuidada e exaustiva do tipo e profundidade que deverá ter a intervenção a realizar no complexo de Argozelo, sabendo-se bem que é grande o estado de degradação dos edifícios outrora ocupados pelos anexos mineiros. Além disso, julgamos que o estudo da readaptação do espaço da mina, não deve descurar a perspectiva de que visando este projecto a criação de um museu baseado numa proposta de salvaguarda e valorização do património arqueológico industrial, as infra-estruturas técnicas e sociais da mina, serão, no todo ou em parte, **objecto e produção** da intervenção museológica.

Sendo a **ambiência** (do sítio mineiro) um elemento estruturante do programa museológico, julgamos oportuna a acentuação dos elementos arquitectónicos industriais, quer no que respeita ao património construído quer no que respeita à utilização generalizada do solo, sublinhando-se assim as diferenças entre o complexo mineiro, a zona urbana, residencial próxima e a envolvente rural, enfatizando-se as diferenças, que constituem afinal inequívocos elementos identitários.

Entendemos, no entanto, que a intervenção nas instalações industriais da mina deverá pautar-se pela discrição, mantendo a sobriedade dos espaços técnicos operários e, como diz L. Fernández (1999), “...sendo e servindo arquitectonicamente como um contentor asséptico que não interfira com a exibição dos objectos” (p. 283). Nesta perspectiva, estamos totalmente de acordo com V. Brossy (1991), que, de uma forma generalizada para os museus de sítio, refere que uma vez recuperados os seus elementos principais e de novo postos em evidência, a sua (nova) função museológica se deve esbater, ou, nas palavras do autor, que esta “*não seja senão uma espessura suplementar*” (p. 140).

A ocupação do edifício do museu é a fase definitiva do projecto da qual não pode estar desvinculado nenhum dos agentes relevantes de todas as etapas anteriores, especialmente do duo arquitecto-museólogo, cuja responsabilidade não pode acabar na tradicional “entrega da obra” já que não só é desejável, como é necessário, que o arquitecto actue ainda depois da inauguração e da avaliação das reacções do pessoal do museu e do público (Fernández 1999:282). A cooperação entre o director da obra e o arquitecto tem de continuar até que desapareçam todos os possíveis problemas de funcionamento técnico e que se consume o melhor ajustamento entre o arranjo museográfico e o projecto arquitectónico ao programa museológico (*idem*).

No caso dos museus de sociedade, como se pretende para Argozelo, o “*desenvolvimento cronológico e temático*” e a existência de “*colecções mais diversificadas*”, são razões, que na

óptica de Rasse e Necker (1997), implicam um maior esforço em termos da museografia, que, em sua opinião, “*deve, mais do que nunca, esforçar-se por corresponder às necessidades de mediação*” (*idem* p. 147). Segundo os mesmos autores (p. 169), a concretização do projecto implica ainda um estudo de pormenor no sentido de “*afinar e quantificar*” as conseqüências de cada objectivo em termos de meios, propondo vários cenários museográficos que permitirão decidir sobre a intervenção arquitectónica.

### **6.7.2. O bairro mineiro: integração e requalificação**

Julgamos que o projecto de intervenção museológica na minas de Argozelo não se deve limitar ao núcleo industrial de Vale de Milho, mas entrosar-se, de facto, na povoação sendo motor ou catalisador das acções da requalificação urbana de que a Vila carece. Assim somos de parecer que em primeiro lugar deverá perspectivar-se uma intervenção no bairro operário construído pela Minargol nas décadas de sessenta e setenta e que constitui um dos símbolos da actividade mineira em Argozelo.

Localizado ao longo do declive que borda a Vila pelo lado norte, junto da mina e da estrada de ligação a Bragança, é constituído por uma série de bandas de moradias unifamiliares em alvenaria de tijolo cobertas a telha mourisca, de planta muito simples e um número de divisões variáveis e com blocos sanitários colectivos.

Os três núcleos existentes (v. planta do anexo 11), reflectiam, de certa forma, uma clara estratificação sócio-profissional, patente no facto das casas localizadas na povoação serem destinadas (e ocupadas) pelo pessoal dirigente, nomeadamente pela Direcção técnica (que ocupava a única moradia unifamiliar), os blocos sobranceiros à Vila serem ocupados pelos capatazes, destinando-se os restantes ao pessoal operário. Tratava-se neste caso de habitações muito simples, como se pode ver pela planta do anexo 12.





**Fig. 6.20.** Os três blocos de construções mais perto da mina, na zona operária, actualmente apenas em parte habitados.

Estas construções vieram substituir a habitação precária do pessoal da mina nas “casernas” até então existentes, sendo as habitações repartidas em função do tamanho do agregado familiar.

O bairro mantém ainda a totalidade das casas recentemente adquiridas à empresa através do liquidatário, operação que, segundo os nossos informantes e recentes declarações públicas do Presidente da Junta de Freguesia<sup>202</sup>, permitiram ao Liquidatário o encaixe de “vários milhares de contos”. No entanto, obras recentes, muito possivelmente clandestinas, em diversas destas habitações a pretexto da sua conservação e/ou modernização, começaram a descaracterizar a sua unidade, com a introdução de elementos arquitectónicos estranhos, designadamente alpendres, novos jogos de cores e caixilharias de alumínio. Noutros casos, devido à fraca qualidade inicial da construção e à falta de manutenção ao longo dos anos, começam a notar-se sinais de degradação.

A intervenção que julgamos pertinente promover no âmbito da sua requalificação, passa tanto pela recuperação das casas degradadas e pela reabilitação do padrão tradicional de arquitectura de cariz operário, garantindo obviamente o conforto e modernidade a que os seus habitantes têm direito, como pelo reordenamento das pequenas hortas familiares, bem como pelo arranjo dos arruamentos.

<sup>202</sup> V. VISÃO nº 436, 19 a 25 de Julho 2001, “Os perdedores de Argozelo”, pag. 132

A dimensão e os custos desta intervenção implicarão necessariamente a mobilização de entidades exteriores à equipa de projecto, nomeadamente das autarquias, interlocutoras directas das grandes linhas de apoio ao desenvolvimento. Julgamos, também, que este domínio de intervenção possa vir a assumir contornos de maior complexidade, pois estando a maior parte das habitações na mão de privados, torna-se necessário conciliar esforços, sensibilidades e interesses no sentido da promoção conjunta das obras que restituirão ao sítio a identidade em vias de perda total<sup>203</sup>.

Como última nota, deixamos no ar a possibilidade de que o plano de requalificação do bairro venha a contemplar a possibilidade de ali ser instalada, nas casas actualmente desabitadas, uma pequena unidade hoteleira, em modalidade a estudar mais detalhadamente (pensão, albergaria, “B & B”, motel...), aproveitando ao máximo a arquitectura dos blocos.

## 6.8. Fundo patrimonial e documental

### 6.8.1. Constituição de colecções

Ao formularmos os objectivos gerais (capítulo 6.3), foram indicadas duas das funções que reputamos essenciais para o Museu das Minas de Argozelo: a *recolha* e a *conservação* do património mineiro, não apenas respeitante à própria mina, mas também relativamente à região, sabendo-se que aquele corre, igualmente, grave risco de total desaparecimento.

Não pode ignorar-se que as condições de partida do projecto de musealização não são as melhores, na medida em que, embora vários dos equipamentos fixos e/ou de grande porte ainda se conservem no lugar<sup>204</sup>, a totalidade do acervo documental e dos bens móveis, porém, foi desaparecendo, durante os já longos anos em que a mina deixou de ter qualquer tipo de vigilância.

<sup>203</sup> Este é um problema bem sentido no projecto em curso de requalificação urbana do antigo bairro operário da mina de S. Domingos, caso paradigmático no nosso país, não só pela sua organização e arquitectura mas sobretudo pelo pioneirismo da profunda requalificação em curso, conduzida pela Câmara Municipal de Mértola.

<sup>204</sup> Parte substancial dos equipamentos “pesados” permaneceu no local, não tendo sido arrancado pelos sucateiros a quem tinha já sido arrematada “por grosso” a empreitada de desmantelamento e retirada das estruturas metálicas recicláveis. Referimo-nos, como já foi dito noutros locais, aos equipamentos da lavaria, nomeadamente as jigas, as mesas oscilantes e de flutuação, os moinhos, as separadoras electromagnéticas e parte dos mecanismos de transporte e distribuição dos produtos durante os tratamentos de concentração e apuramento. Referimo-nos também a parte do equipamento de remoção e de perfuração nomeadamente pás carregadoras, vagonetas, martelos pneumáticos e equipamento de circulação que se encontra espalhado, ainda, pelo perímetro da mina e, segundo alguns informantes, no interior de algumas galerias.



Consideramos por isso a tarefa de **recolha** - com vista à constituição de **colecções** de trabalho e estudo e de um **acervo documental** -, como prioritária e fundamental, visando a prossecução de um quádruplo objectivo:

- Servir de base e acompanhar a investigação fundamental sobre a mina;
- Constituir o suporte material das exposições e actividades educativas a realizar;
- Servir de repositório aos investigadores e estudiosos das questões ligadas à mineração e à história da evolução das tecnologias mineiras, particularmente no que diz respeito ao estanho e volfrâmio;
- Constituir uma reserva de peças para recuperação das máquinas incorporadas na colecção de referência.

Segundo alguns dos nossos informantes, existem ainda em Argozelo na posse de muitos dos antigos mineiros ou familiares, diversos bens móveis nomeadamente ferramentas, capacetes e gasómetros, além de documentos escritos e/ou fotografias<sup>205</sup> com interesse para a história da mina e desta pequena comunidade, passíveis de virem a ser integrados nos fundos do futuro museu, a título de doação, depósito ou empréstimo para exposições. Existem igualmente dispersos em antigas minas de estanho e volfrâmio da região, diversos equipamentos, também passíveis de virem a ser recolhidos em Argozelo, desde que o seu interesse técnico e estado de conservação justifiquem a deslocação e os custos inerentes à sua desmontagem, transporte reinstalação e recuperação. Tal permitiria ampliar o fundo patrimonial ligado à exploração e processamento daquelas duas matérias-primas fundamentais.

Perante este vasto leque de possibilidades e a grande diversidade de bens culturais acolhidos sob a designação de “património mineiro”, pode pôr-se, porém, o problema de saber que tipo de materiais deverá ser objecto de **recolha** pela equipa do museu e quais os critérios que deverão presidir à sua **selecção**.

---

<sup>205</sup> Conhecemos a pequena parte de um importante conjunto de fotografias da mina em actividade, cujo proprietário porém se dispõe, legitimamente, a cobrar pela sua cedência. Será porventura uma situação a ponderar na implementação do projecto do museu. Igualmente nos foi referido um outro conjunto de fotografias, pertença de um ex-mineiro actualmente emigrado em França, com quem, ainda, não conseguimos estabelecer contacto.

### 6.8.2. Recolha e selecção

Tendo presentes os objectivos gerais e as funções propostas para o Museu das Minas de Argozelo, torna-se essencial a definição de uma **política de aquisições** que permita a constituição de um acervo patrimonial e documental coerente, que consubstancie o projecto cultural e científico.

Nesta óptica, julgamos que a recolha deverá permitir, em primeira análise, a constituição de uma **colecção de referência** e de uma **colecção de estudo**, a primeira das quais, na perspectiva de B. Villemote (2001:15), deverá ser criteriosamente inventariada, e a constituição de um **acervo documental** constituído, à partida, pelos materiais de enquadramento e contextualização da colecção, os quais constituem na designação de Z. Stránski (1994), a *“documentação de acompanhamento, sem a qual o objecto não tem qualquer significado”* (p. 13).

M.Olímpia & H. Campagnolo (2000) acentuam, em certa medida, a importância do processo de documentação no terreno quando referem que *“a articulação entre os documentos de campo e instrumentos documentários do museu [os objectos], condiciona a capacidade do museu de correlacionar de forma cientificamente adequada as vertentes plástica e semântica das suas colecções, assim como de propor aos utilizadores [do museu] uma leitura que não se reduza à dos profissionais encarregados da sua incorporação administrativa”* (p. 4). São estes elementos que vão permitir a leitura contextual e/ou situacional dos objectos.

G. H. de Rivière (1993), chama a atenção para a necessidade de ser estabelecida uma orientação metodológica para a recolha, na medida em que este processo decorre *“da reflexão geral sobre as disciplinas de base [do museu] e de uma avaliação das lacunas do saber no campo considerado. O trabalho de recolha dos objectos efectua-se em função desses dados e das lacunas existentes nas colecções (...) a recolha de objectos custa caro ao museu, além de que este não tem senão uma capacidade limitada de acolhimento. A selecção<sup>206</sup> far-se-á tanto mais facilmente quanto melhor planificada for”*(p. 225).

<sup>206</sup> Para Z. Stránski (1994) a selecção implica a necessidade de identificar os aspectos mais importantes dos objectos identificando, simultaneamente, os mais importantes elementos e processos passíveis de ajudar a contextualizar os objectos.



Destas considerações resulta que as colecções a constituir em Argozelo, não poderão crescer a eito, mas desenvolver-se de acordo com critérios objectivos que resultem de uma definição clara daquilo que se pretende documentar.

T. Veyron (1994a), embora reconheça que nos primeiros tempos de desenvolvimento do projecto de musealização das minas de carvão de Le Curiot, a recolha feita em conjunto com antigos mineiros e o grupo de “Amigos da Mina” tenha sido abrangente, sugere que as colecções deverão resultar do “*desenvolvimento de uma lógica de investigação*” (p.3), perseguindo temas concretos como por exemplo o da evolução dos transportes mineiros, a evolução dos métodos de desmonte, a evolução das ferramentas e utensílios, o desenvolvimento da mecanização etc.. O mesmo autor refere também, que embora numa primeira fase do trabalho a ênfase tenha sido posta na formação de colecções essencialmente técnicas, torna-se necessário “*mudar o rumo e recolher objectos relacionados com os quadros, géneros e códigos de vida dos indivíduos que formavam, e formam, a profissão mineira*” (p. 7).

Nesta perspectiva, tendo em consideração que numa primeira, dada a carência de materiais existente e a sua dispersão, julgamos preferível concentrar a atenção na vida e produção na mina nos seus últimos vinte anos, constituindo o acervo numa perspectiva sincrónica e fixa no período temporal que mais nos parece exequível documentar<sup>207</sup>.

Para cumprir este objectivo, entendemos adequada tanto a selecção recolha e documentação de **objectos industriais e etnográficos**<sup>208</sup>, que sob os mais diversos aspectos se relacionem com a actividade mineira em Argozelo, e “*com a ajuda dos quais a realidade como tal [seja] transformada numa realidade para nós: a realidade cultural*” (Stránski 1993:27), *i.e.*, possam contribuir para a consolidação do processo de musealização, como de **documentos**, *i.e.*, peças de informação fixadas num dado suporte, sob forma escrita, fotográfica, magnética ou sob qualquer outra forma de captação, que contextualizem os materiais adquiridos ou constituam, por si sós, uma colecção de “objectos fronteira” como lhe chama B. Villemotte (*op. cit.* p. 15)<sup>209</sup>.

<sup>207</sup> Esta perspectiva não rejeita liminarmente a possibilidade de poderem vir a ser incorporados no acervo materiais respeitantes à mineração noutros eixos temporais, abrindo uma perspectiva diacrónica sobre os sistemas e/ou métodos de trabalho noutros períodos de actividade.

<sup>208</sup> Nomeadamente roupas, bornais, malas etc...

<sup>209</sup> Entendemos que nesta situação se poderão considerar, por exemplo, os documentos fotográficos e os mapas da mina.

O trabalho de campo parece-nos, por conseguinte, ser uma etapa crucial desde o arranque do projecto. Implicará uma grande persistência e capacidade de persuasão por parte dos agentes que o irão levar ao terreno, bem como a condução de uma verdadeira operação porta-a-porta, revisitando álbuns de família e os “antigos papéis da casa” a fim de que possam seleccionar-se os materiais adequados aos fins em vista.

Os objectos a incorporar na colecção de referência serão, antes de mais, os equipamentos técnico-industriais ainda existente na mina, bem como os provenientes das recolhas, nomeadamente ferramentas, máquinas e outros utensílios usados pelos marleteiros e safreiros no desmonte, fragmentação e transporte subterrâneo dos minérios, devendo a recolha orientar-se, também, no sentido da aquisição dos instrumentos e ferramentas usados para implementar as pegas de fogo, a aparelhagem de orientação e medição usada pelos capatazes, topógrafos, geólogos e engenheiros da mina, na traçagem da exploração, além de equipamento individual ou colectivo de segurança e socorro, entre outros<sup>210</sup>.

Estamos convencidos de que logo numa primeira fase do trabalho, possa, também, vir a ser conseguido por oferta ou depósito, algum equipamento pessoal de trabalho e protecção, bem como material de iluminação individual, que sabemos existir na posse da maioria dos antigos mineiros.

Tal como refere C. Camacho (2001:16), a propósito da participação da comunidade no desenvolvimento dos processos museológicos, julgamos igualmente que a tarefa de investigação, recolha e inventariação do património mineiro de Argozelo possa, e deva, ser partilhada com a comunidade<sup>211</sup>, que, melhor que ninguém conhece esses objectos e todos os processos e/ou gestos técnicos que lhe estão associados, a que M.O. & H. Campagnolo (2000:3) chamam os “*procedimentos e modos*” de importância vital para a reconstituição do que os mesmos autores designam por “*meio técnico*”, que no nosso caso se traduzirá pela reconstituição da ambiência e do clima de trabalho e humano da mina.

<sup>210</sup> Nesta perspectiva, não rejeitamos a hipótese do museu vir a recolher máquinas pesadas provenientes de outras minas, desde que estas constituam material com interesse para a história da mineração e/ou apresentem variações técnicas que justifiquem a sua deslocação, conservação e armazenamento, já que há a considerar, nestes casos custos significativos inerentes ao trabalho de desmontagem, transporte, limpeza e/ou restauro e conservação. Para um museu de pequena dimensão, as situações que se venham a oferecer deverão ser consideradas caso a caso, ponderando para cada uma, vantagens e inconvenientes da aquisição.

<sup>211</sup> Alguns dos actuais proprietários desses materiais, porém, poderão pretender conservar os materiais na sua posse, uma vez que estes, entretanto terão adquirido valor estimativo. Partilhamos a ideia de que de forma nenhuma tal deva constituir um óbice à constituição de um “acervo externo”, igualmente passível de inventário, ao qual se possa recorrer quando da organização de exposições temporárias além de que o museu fica aliviado das tarefas (e despesas) exigidas pela sua conservação.



Julgamos que será também necessário promover a formação de uma colecção de carácter geológico, que inclua não apenas amostras da paragénese da mina e dos vários tipos petrográficos encaixantes, mas também sondagens que de certa forma permitam reconstituir a estrutura local e regional e que mostrem a disposição relativa das mineralizações. Assim, à semelhança do que propusemos para os equipamentos, julgamos que poderiam, também, ser recolhidos em Argozelo testemunhos de sondagens provenientes de outras minas da região actualmente abandonadas, cujo espólio se está, também, a perder.

É inqualificável o estado de destruição a que chegou o arquivo de sondagens existente até há cerca de dois anos, que continha a totalidade dos importantes testemunhos recolhidos na campanha conduzida, no interior da mina, pelo Serviço de Fomento Mineiro (figura 6.21).



**Fig. 6.21.** Caixas com os testemunhos das sondagens executadas em 1985 pelo SFM. Podemos adiantar que actualmente não restam senão as amostras, por terem entretanto sido roubadas todas as caixas existentes.

### **6.8.3. Constituição de um fundo documental**

A documentação, como explica G. H. de Rivière (1993:228), vai-se constituindo progressivamente, “*desde a formulação do programa de investigação (programa científico) até à publicação dos seus resultados*”. No entanto, consideramos essencial para o trabalho da equipa que desde o início se irá ocupar mais em detalhe da programação do museu e da elaboração das exposições, a constituição de um fundo documental sobre as diversas concessões de Argozelo, reunindo a documentação escrita e cartográfica actualmente dispersa pelos arquivos oficiais e, eventualmente, ainda existente nas mãos de particulares.